



DIÁRIO

da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE ABRIL DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Manuel Alves de Oliveira
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos

Deu-se conta da apresentação da proposta de lei n° 20/VIII, da proposta de resolução n° 25/VIII, dos projectos de lei n° 154 a 161/VIII e dos projectos de resolução n° 46 a 48/VIII

Em interpelação à Mesa, e a propósito do debate agendado para a ordem do dia, o Sr Deputado Paulo Portas (CDS-PP) questionou a Mesa sobre o motivo da não presença do Sr Primeiro-Ministro nesse debate. A esse propósito, usaram da palavra, a diverso título, além daquele orador, o Sr Ministro da Presidência e do Equipamento Social (Jorge Coelho)

Igualmente em interpelação à Mesa, a Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite (PSD) solicitou informação sobre o não envio por parte do Governo de documentação referente à execução orçamental, tendo o Sr Ministro das Finanças e da Economia (Pina Moura) dado um esclarecimento

Na abertura do debate de relevante interesse político sobre política energética, interveio o Sr Ministro das Finan-

cas e da Economia, tendo-se seguido no uso da palavra, e a diverso título, além do Sr Ministro da Presidência e do Equipamento Social (Jorge Coelho), os Srs Deputados Paulo Portas (CDS-PP), Francisco Louçã (BE), Manuel Alegre (PS), Isabel Castro (Os Verdes), Manuela Ferreira Leite (PSD), Octávio Teixeira (PCP), Maria Celeste Cardona (CDS-PP), Rui Rio (PSD), José Penedos (PS), Jorge Neto (PSD) e Joel Hasse Ferreira (PS)

No encerramento do debate, intervieram, além do Sr Ministro das Finanças e da Economia — que também deu explicações a uma defesa da honra da bancada feita pelo Sr Deputado Antonio Capucho —, os Srs Deputados Luis Fazenda (BE), Isabel Castro (Os Verdes), Maria Celeste Cardona (CDS-PP), Carlos Carvalhas (PCP), António Capucho (PSD) e Manuel dos Santos (PS) — que também deu explicações a uma defesa da consideração pessoal feita pelo Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 15 minutos

O Sr Presidente — Srs Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a sessão

Eram 15 horas e 35 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Salero
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vígia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis

José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catáriño Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Maquel Leal Marqueiro
 Sônia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Víctor Brito de Moura
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves

David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 José Manuel Macedo Abrantes
 Lucília Maria Samoreno Ferreira
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguilar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

Ana Margarida Lopes Botelho
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 José Honório Faria Gonçalves Novo

Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Fernando Alves Moreno
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiróz
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário vai ler o expediente

O Sr. Secretário (Artur Penedos) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr. e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas proposta de lei n.º 20/VIII — Alargamento do fundo de compensação salarial dos profissionais de pesca (ALRM), que baixou à 11.ª Comissão, proposta de resolução n.º 25/VIII — Aprova, para ratificação, o Protocolo estabelecido com base no artigo K 3 do Tratado da União Europeia, relativo ao âmbito do branqueamento de dinheiro na Convenção sobre a utilização da informática no domínio aduaneiro e à inclusão do número de matrícula do meio de transporte na lista de dados da Convenção, incluindo as declarações, assinado em Bruxelas em 12 de Março de 1999, que baixou às 1.ª e 10.ª Comissões, projectos de lei n.º 154/VIII — Apoio ao associativismo português no estrangeiro (PSD), que baixou à 2.ª Comissão, 155/VIII — Cria um regime especial para jovens de acesso a serviços de transporte, saúde e cultura (PCP), que baixou à 12.ª Comissão, 156/VIII — Processo especial de constituição das associações juvenis (PCP), que baixou à 12.ª Comissão, 157/VIII — Garante a gratuitidade dos manuais escolares para a frequência da escolaridade obrigatória (PCP), que baixou à 7.ª Comissão, 158/VIII — Elevação da povoação de Campo, no concelho de Valongo, à categoria de vila (Deputado do PSD Manuel Moreira), que baixou à 4.ª Comissão, 159/VIII — Elevação da povoação de Sobrado, no concelho de Valongo, à categoria de vila (Deputado do PSD Manuel Moreira), que baixou à 4.ª Comissão, 160/VIII

— Cria a dupla afixação de preços na venda a retalho de géneros alimentícios (PCP), que baixou à 4.ª Comissão, e 161/VIII — Designação da freguesia de Macinhata de Seixa (PSD), que baixou à 4.ª Comissão, projectos de resolução n.º 46/VIII — Recomendar ao Governo a adopção de medidas que introduzam critérios quantitativos e qualitativos justos, adequados e racionais na fixação do preço dos combustíveis em Portugal (CDS-PP), 47/VIII — Sobre a defesa dos cidadãos face aos impactos do aumento dos preços dos combustíveis (PCP) e 48/VIII — Sobre a revisão das actualizações salariais para a função pública na sequência do aumento do preço dos combustíveis (BE).

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa

O Sr Presidente — Sr Deputado, tenho já um pedido de interpelação à Mesa do Sr Deputado António Capucho Peço-lhes o favor de me ajudarem a pôr alguma ordem na gestão das interpelações.

Sei que se vos der a palavra os Srs Deputados não irão fazer verdadeiras interpelações à Mesa, na medida em que interpelações são apenas dúvidas sobre a decisão da Mesa, e esta ainda não tomou qualquer decisão, ou sobre a orientação dos trabalhos, e não creio que esteja em causa, neste momento, a orientação dos trabalhos, visto que ainda nenhuma orientação foi dada. Por outro lado, sei que vai haver duas sequências de interpelações, que são um verdadeiro PAOD, em dia que não há PAOD.

De modo que queria pedir ao Sr. Deputado Paulo Portas o favor de me dizer qual é a sua dúvida sobre a decisão da Mesa ou sobre a orientação dos trabalhos para ver se lhe posso ou não dar a palavra

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, é uma dúvida quanto à orientação dos trabalhos e quanto à delegação do Governo que está presente nesta Câmara para o debate que se segue

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr Presidente e Srs. Deputados, o debate que se vai seguir é, certamente, um dos mais importantes nesta sessão legislativa, porque o aumento dos combustíveis incomodou o País e dividiu os políticos

O Sr Primeiro-Ministro não está presente nesta Câmara, pelo que gostaria de, através de V. Ex.^a, confirmar o seguinte: a) se o Primeiro-Ministro está em Portugal, b) se está ou não a 1600 metros daqui, numa reunião do Partido Socialista europeu, no Hotel Altis; c) se daqui devemos extrair a conclusão de que o Sr. Primeiro-Ministro, em vez de se confrontar democraticamente com uma questão dos portugueses, preferiu reunir-se com a sua família estrangeira e se, agindo desta forma, perde ou não a legitimidade para criticar quem protestou. Ou seja, quem não dá a cara nas instituições pela sua política, sujeita-se a que o seu nome seja discutido na rua

Por fim, permitir-me-ia ainda perguntar .

O Sr. Presidente — Sr Deputado, agradeço que termine, porque, mais uma vez, não está a fazer uma interpelação

O Orador: — ... a si, Sr Presidente, que, com tanta dignidade, preside a esta Câmara, se é normal — e pergunto

a sua opinião — que o Primeiro-Ministro prefira uma reunião do Partido a tratar um assunto de Estado, na instituição que representa o povo português, chamada Assembleia da República

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr Deputado, como calcula, não está em causa nenhuma orientação da Mesa. A Mesa só pode dar a palavra ao Governo se a solicitar ou estiver disposto a isso

Tem a palavra o Sr Ministro da Presidência, para dar o esclarecimento que foi solicitado

O Sr Ministro da Presidência e do Equipamento Social (Jorge Coelho) — Sr. Presidente, respondo com gosto ao Sr. Deputado Paulo Portas dizendo-lhe que, embora o PP tenha a possibilidade de fazer muito barulho — até buzinar! —, ainda não manda nas delegações que o Governo de Portugal tem aqui, no Parlamento!

Aplausos do PS

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Ainda!

O Orador — Gostaria, ainda, de lhe dizer que a delegação que o Governo hoje aqui tem — constituída por num, Ministro da Presidência, pelo Sr Ministro das Finanças e da Economia e por vários Secretários de Estado de vários Ministérios — é a delegação que o Primeiro-Ministro de Portugal achou indicada para discutir este tema, neste local e com a ordem de trabalhos que está agendada.

Temos todos de nos habituar a respeitar-nos. Eu respeito os Deputados que o Sr Deputado Paulo Portas aqui tem, hoje, para intervir neste debate e, como é evidente, o PP deve respeitar aquilo que o Governo entende ser a representação adequada ao tipo de debate que se está aqui a realizar

Aplausos do PS.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração da minha bancada

Protestos do PS

O Sr Presidente — Sr. Deputado, não posso recusar-lhe e, como sabe, a palavra, embora também tenhamos de fazer uma reflexão não sobre o uso mas sobre o abuso dessa figura.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Vou ser breve, Sr. Presidente

O Sr Presidente. — Não é uma questão de brevidade, Sr Deputado, mas de justificação da figura
Tem a palavra

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente e Srs Deputados, não quero discutir a agenda do Sr. Primeiro-Ministro. Assiste-me o direito de discutir que o Sr Primeiro-Ministro tenha preferido não vir aqui e, com essa atitude, em primeiro lugar, prefira reunir-se com estrangeiros, que é o que está a acontecer a 1600 metros daqui,..

Protestos do PS

do que estar a discutir uma questão que interessa aos portugueses.

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador. — ... e, em segundo lugar, assiste-me o direito de entender que o Sr. Primeiro-Ministro, não vindo aqui, perde completamente a autoridade para criticar aqueles que aqui ou na rua .

Protestos do PS, batendo com as mãos nos tampos das bancadas

O Sr. Presidente — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio

O Orador. — . exprimem o seu protesto

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr Ministro da Presidência, para dar explicações, querendo

O Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social: — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, com sinceridade lhe digo que não estava à espera de o ouvir utilizar o argumento de «estar com estrangeiros»

Aplausos do PS

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Está aqui Partido Socialista europeu!

O Orador — Não estava à espera disso, porque esse é um argumento que nenhuma bancada, na Assembleia da República, deve utilizar relativamente a nenhum cidadão, seja da União Europeia, seja de qualquer outro país do mundo.

Aplausos do PS

Somos todos cidadãos.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Essa agora!

O Orador — Não, não Sr Deputado Temos de ser rigorosos naquilo que dizemos e temos de ver a inserção do que dizemos, no momento político que se vive em muitos países do mundo,

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — e utilizar essas expressões, essa terminologia e esse concerto do que é a actividade política não enobrece a actividade política, não enobrece esta Casa e muito menos o grupo político a que pertence!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Portas, pede a palavra para que efecto?

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS) — Para qualquer coisa!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, é evidente que o Sr. Ministro ofendeu a nossa bancada

O Sr. Presidente — Não, não, Sr Deputado Diga-me para que é

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, o Sr Ministro fez uma insinuação grave

Protestos do PS

O Sr. Presidente — E, então, qual é a figura que o Sr Deputado invoca?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Para defender a minha bancada que foi, obviamente, como o Sr Presidente

O Sr. Presidente — Sr Deputado, já defendeu Não há defesa contra a defesa, na tradição desta Casa

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, então, para pedir um esclarecimento, através de V^a Ex^a, à Câmara e ao Governo

Protestos do PS

O Sr. Presidente — Sr Deputado, um esclarecimento à Câmara é uma figura que não me parece aplicável, porque pedido de esclarecimento é só quando

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente

O Sr. Presidente. — Sr Deputado, estamos na mesma Voltamos ao princípio O Sr Deputado está a monopolizar o exercício das figuras — desculpe que lhe diga —, desvirtuando-as. Pedía-lhe o favor de se reconduzir às figuras Nenhuma das figuras que invocou está em causa

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Fá-lo-ei!

O Sr. Presidente — Não, não pode fazer, Sr Deputado

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem, Sr Presidente Então, farei, a seguir, uma pergunta ao Governo.

O Sr. Presidente — Tem todo o direito Já está até inscrito.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa, uma verdadeira interpelação

O Sr. Presidente — Faço-lhe a mesma pergunta que fiz ao Sr. Deputado Paulo Portas a dúvida é sobre a decisão da Mesa ou sobre a orientação dos trabalhos? É que se não forem estes os casos, não é uma interpelação

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, para discutir o tema que vai estar hoje em discussão, precisamos de ter disponíveis elementos cuja informação é obrigatória pelo Governo e dos quais não dispomos

O Sr. Presidente — É uma questão de orientação dos trabalhos

Tem a palavra

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD). — Sr Presidente, gostaria de dizer ao Sr. Presidente que, desde Novembro, esta Assembleia não dispõe de qualquer informação sobre a execução orçamental. É obrigatório, de acordo com a Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, que, no final de cada trimestre, o Governo forneça à Assembleia da República essa informação e ela é essencial para a discussão que hoje se vai aqui fazer.

Vozes do PSD — Muito bem!

A Oradora. — Se o Sr Presidente não fez essa distribuição pelas bancadas é porque, provavelmente, não a tem.

Por uma questão de lealdade parlamentar para com o Sr Presidente, quero dizer-lhe que vou fazer esta pergunta todos os dias, considerando que estes dados são essenciais para o controle que a Assembleia tem de exercer sobre o Governo. Além disso, não deixo de solicitar ao Sr Presidente, dado o seu grande empenho na dignificação desta Casa, que não permita que o Governo humilhe a Assembleia da República, não lhe dando os elementos que é obrigado a dar.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Sr.^a Deputada, digamos que fez uma verdadeira interpelação. Mas «todos os dias»! É capaz de ser demais,

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Depende do Governo!

O Sr. Presidente — até porque, na tradição desta Casa, creio que o incumprimento dessa regra tem sido a regra.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Não, não! Tem sido a exceção!

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Economia para dar o esclarecimento solicitado

O Sr Ministro das Finanças e da Economia (Pina Moura). — Sr Presidente, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, como todos sabemos, este ano é especial no que se refere a execução orçamental, pois é um ano em que o Orçamento do Estado foi aprovado há apenas quinze dias.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Ó Sr Ministro!

O Orador — O Governo informará a Assembleia e a opinião pública — e fará distribuir essa informação à Assembleia — acerca da execução orçamental referente a todo o primeiro trimestre do ano 2000, no princípio da próxima semana.

O Sr. Presidente. — Srs. Deputados, vamos, então, dar início ao debate de relevante interesse político sobre política energética.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Economia, para introduzir o debate em nome do Governo.

O Sr. Ministro das Finanças e da Economia — Sr. Presidente, Sr.^m e Srs. Deputados. O objectivo deste debate

de relevante interesse político é a política energética do Governo.

É um bom tema para analisarmos o caminho percorrido, no factor e na factura energética, nos últimos quatro anos e meio, a favor da competitividade das empresas e do bem-estar das famílias portuguesas.

Mas também sei que o motivo próximo que suscitou este debate foi a decisão, tomada há uma semana, sobre o aumento do preço dos combustíveis. É, portanto, por aqui que vou começar.

Venho ao Parlamento para defender a política energética do Governo, do primeiro e do segundo governos do Engº António Guterres, em todos os seus domínios, incluindo no da política de estabilidade dos preços dos combustíveis.

Faço-o com toda a convicção e sem qualquer hesitação.

Faço-o, procurando olhar com objectividade para toda a realidade e sem qualquer intuito propagandístico.

Faço-o, assumindo todas as responsabilidades do que se fez neste domínio, pelo menos desde há 2 anos e 4 meses, quando fui nomeado Ministro da Economia e passei, então, a partilhar a responsabilidade das decisões que nos conduziram a defender e a praticar uma política de estabilidade de preços dos combustíveis.

Se, entre 3 de Abril de 1997 e fins de Julho de 1999, o gasóleo teve um intervalo de variação de preços entre 115\$ e 110\$, foi porque considerámos que a estabilidade de preços, além de favorável à competitividade empresarial, era sustentável dentro das margens de flutuação que as leis orçamentais fixaram para o ISP (imposto sobre produtos petrolíferos), sem lesar o equilíbrio das finanças públicas. E assim aconteceu, de facto.

Baixando o ISP quando o preço do barril subiu (18/19 dólares, em 1997 e no primeiro semestre de 1999) e, ao contrário, subindo o ISP quando o preço do barril desceu (12,8 dólares/barril, em 1998), acabámos por ter, nesse período de quase três anos, um efeito fiscal neutro.

Tomando como referência os valores orçamentados para o ISP, em 1997, 1998 e 1999, o ganho de receita que tivemos em 1998 (cerca de 37 milhões de contos) praticamente compensou a perda que tivemos em 1997 e em 1999, até Outubro, data em que o XIII Governo cessou funções.

A partir do início de Agosto de 1999 — quando o preço do barril começou a atingir a barreira dos 20 dólares e a margem de abaixamento do ISP no gasóleo atingiu um valor abaixo do qual não podíamos descer —, dois caminhos se nos colocavam ou prosseguir a política de estabilidade, acomodando, dentro do possível, com perda de receita no ISP das gasolinhas, onde a margem de flutuação era ainda maior, estabelecendo para o efeito um protocolo com as petrolíferas, ou começar a repercutir no preço ao consumidor a subida do petróleo, fazendo subidas permanentes e persistentes.

Se tivéssemos optado por este segundo caminho, sem dúvida que o Estado teria obtido mais receita fiscal, mas o preço dos combustíveis teria subido 10 vezes, desde Agosto: o gasóleo estaria a 132\$ e a gasolina estaria, hoje, a mais de 190\$.

Optámos pelo primeiro caminho com recta intenção, esperar o tempo necessário e possível para que a situação nos mercados, muito volátil, se clarificasse, aceitando, para isso, perder receita fiscal e pensando nas pessoas e nas suas condições de vida, pensando nas empresas e nas suas condições de competitividade. Não o fizemos por causa das eleições. Se fosse essa a razão, seria absurdo prolongar tal política por mais de cinco meses.

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Olhe o nariz a crescer!

O Orador — Não o fizemos por causa das negociações salariais. No próprio debate do Programa do Governo — em 4 e 5 de Novembro —, tanto o Sr Primeiro-Ministro como eu próprio, respondendo a perguntas ou a observações dos Srs. Deputados Durão Barroso e Rui Rio, frisámos que qualquer ajustamento só aconteceria depois da aprovação do Orçamento do Estado para 2000.

Depois de Janeiro, fiz insistentes referências públicas à necessidade e à inevitabilidade de um aumento de preços dos combustíveis, incluindo a 12 de Fevereiro de 2000, na Comissão de Economia, Finanças e Plano da Assembleia da República, e, mais tarde, no debate e votação na especialidade do Orçamento, em 14 e 15 de Março.

O padrão de aumento da tabela salarial na função pública, de 2,5%, mas com um aumento mínimo de 3000\$ — que representa um valor bastante mais elevado na massa salarial com os ajustamentos de carreiras em curso —, foi definido em função de uma inflação previsível para o ano 2000 da ordem de 2%, previsão que mantemos apesar do aumento dos combustíveis. E mantemos esta previsão, não como qualquer «manifestação de fé» mas baseados em sólidos fundamentos de que destaco alguns.

A dinâmica de inflação em Portugal é descendente, situando-se, em termos homólogos, neste momento, abaixo da média da União Europeia, desde Fevereiro (1,6%, em Portugal, contra 2% na média da União Europeia).

As previsões da Direcção-Geral de Comércio e Concorrência que, normalmente, antecipam com fiabilidade a evolução mensal de inflação divulgada pelo INE, prevêem, para Março, uma evolução entre 0,2% ou 0,3%, o que, a confirmar-se, produzirá um novo abaixamento na taxa homóloga mensal, que foi 1,8%, em Fevereiro, para 1,6%, em Março.

As afirmações públicas do Sr Governador do Banco de Portugal, desdramatizando as consequências do aumento verificado em termos de efeitos, directos e indirectos, na taxa de inflação em Portugal e, também, em afirmações públicas, no mesmo sentido, de outros reputados economistas nacionais, incluindo o antigo Primeiro-Ministro Cavaco Silva que ainda ontem se referiu a este assunto.

Finalmente, as decisões de política orçamental que tomámos e que serão inscritas no decreto-lei de execução orçamental, na linha das cotações constantes da Lei do Orçamento do Estado para 2000, que conduzirão a um congelamento de 100 milhões de contos da despesa pública, evidentemente, tratando-se, também, de uma política anti-inflacionista.

Estas são as razões de base nacional que nos levam a fundamentar a nossa previsão, sendo certo que a evolução dos preços não é nem pode ser, hoje, um objectivo de política económica nacional, mas, sim, a nível de toda a chamada «eurolândia», em que estamos inseridos e de cuja política monetária e cambial dependemos.

Neste domínio, é essencial relembrar que, em 1999, o diferencial entre a taxa de inflação anual, em Portugal, foi 1,1% superior à mesma variável na União Europeia. Temos fundadas razões para pensar — e este é outro critério para a nossa previsão — que, em 2000, este diferencial não aumentará.

É neste quadro que o Governo rejeita a política constante dos projectos de resolução apresentados pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, defendendo ajustamentos salariais que não se justificam. Pelo contrário, o caminho des-

ses ajustamentos salariais seria um factor de alimentação do crescimento da inflação.

Prosseguimos a política definida que vai permitir, estou certo, a todos os portugueses verem o seu salário real aumentar moderadamente pelo quinto ano consecutivo.

O Sr Carlos Carvalhas (PCP): — É falso!

O Orador — Este é o verdadeiro caminho, o caminho de um crescimento estável e anti-inflacionista, é o verdadeiro caminho para aumentar o investimento, para ampliar o emprego e para melhorar as condições de vida da população.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Quando, há uma semana, anunciei as decisões relativas ao novo patamar de preços dos combustíveis, tive oportunidade de dizer, sem hesitação nem arrogância, que sabia que essas medidas não eram populares nem simpáticas, mas eram, contudo, medidas necessárias. E afirmei, também, que propúnhamos aos portugueses enfrentar esta situação com espírito de partilha. Era de partilha de custos do que então falei.

Quero agora, aqui, em público, partilhar preocupações, críticas e inquietações que, naturalmente, surgiram na opinião pública a propósito das decisões então avançadas.

Sabemos distinguir bem, neste domínio, o estado da Nação do estado da oposição. E do que agora vou ocupar-me é da maneira como vejo o estado da Nação, a propósito dessas medidas.

Eu sei que a generalidade dos portugueses comprehende e sabe que tinha de haver um aumento no preço dos combustíveis. Mas também sei que muitos portugueses não acharam bem que não se tenha feito este ajustamento há mais tempo.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Não é «ajustamento», é aumento!

O Orador — . . . de uma forma mais gradual, ainda que isso conduzisse, como eu já disse, a aumentos maiores e a um maior número de aumentos.

Aceitamos essa crítica com a certeza de que os portugueses também atenderão às razões que nos levaram a percorrer outro caminho: quisemos poupar os portugueses a aumentos que esperámos, até ao limite, poder acomodar, mesmo à custa de perdas aceitáveis de receita fiscal.

É a falar que a gente se entende.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — É a aumentar que gente se entende!

O Orador — . . . e foi a falar e a dialogar com os portugueses que, nestes oito dias, se demonstrou, uma vez mais, o exemplar sentido cívico e democrático dos portugueses, mesmo quando atingidos por uma decisão desagradável e mesmo quando exercem a sua inalienável liberdade de crítica.

Mas, para além da crítica e das lições do passado, há que olhar para o futuro e definir novos caminhos.

E quanto a isto, a lição que o Governo tira é clara: os portugueses preferirão que, tão rapidamente quanto possível, os preços dos combustíveis começem a formar-se com menos intervenção e decisão do Governo e mais no mercado, deixando actuar os respectivos mecanismos. É a isto que vulgarmente se chama a liberalização dos preços dos combustíveis. Ou seja, os preços subirão ou descerão

mais frequentemente, consoante evolução do preço da matéria-prima.

O Governo, no limite, fixará o valor do imposto sobre produtos petrolíferos e criará condições de regulação da concorrência no mercado, num esquema em tudo semelhante àquele que, já hoje, é seguido no sector das telecomunicações ou no sector eléctrico.

É um caminho aceitável, aliás, politicamente mais cômodo para o Governo, e que estamos disponíveis para percorrer, se e quando ele representar uma possibilidade real para os consumidores verem diminuir os preços dos combustíveis.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — É um caminho que, entendemos, seria completamente insensato estar a percorrer no último ano e ainda agora, em que os preços do petróleo sofreram sucessivos e progressivos aumentos até níveis só atingidos durante a Guerra do Golfo.

Liberalização com os preços da matéria-prima a subir teria significado mais e maiores aumentos para os consumidores portugueses.

Não temos da intervenção da política económica uma visão dogmática. Como já aqui disse uma vez, há economia e há política económica, porque há pessoas e as pessoas não são um instrumento da economia nem da política económica. E, para nós, a economia e a política económica devem desenvolver-se em função das pessoas, da justiça social e do bem-estar presente e futuro dos portugueses.

Foi precisamente a pensar nas pessoas, nas empresas, na competitividade e no emprego que anunciamos, há uma semana, um conjunto de medidas de política económica e de transportes, visando diminuir o impacto indirecto dos aumentos que foi necessário fazer.

Esse trabalho foi feito, aprofundado e concretizado com espírito de diálogo e, também, com determinação por parte do Governo, através de uma equipa dirigida pelo Sr. Ministro da Presidência e em que eu próprio participei, garantindo-se a estabilidade social do País e a coesão nacional.

Por isso, é-nos possível dizer aqui aos portugueses que, uma vez mais, diálogo e decisão, racionalidade económica e consciência social são marcas próprias, inludíveis, da governação do Engº António Guterres, que os portugueses apreciam mesmo quando, como foi o caso, possam não concordar com tudo o que foi feito nem da forma como foi feito.

Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados Conforme comecei por dizer no princípio da minha intervenção, este debate, dirigindo-se ao conjunto da política energética, teve por motivo próximo o aumento dos combustíveis.

É necessário, ainda que brevemente, dar nota de que a política energética deste Governo vai muito para além da política dos preços dos combustíveis e, nos últimos quatro anos, tem-se baseado em três princípios essenciais: diversificação das fontes primárias de energia, criação de dimensão crítica e competitiva nos nossos operadores energéticos, e liberalização dos mercados de energia, a favor do bem-estar dos consumidores e das condições competitivas das empresas.

Diversificação, desde logo, apostando no gás natural como um factor estruturante de todo o sistema energético nacional. De então para cá, entrou em funcionamento a

central de ciclo combinado da Tapada do Outeiro, que representa mais de 10% da produção da energia eléctrica nacional, tendo como fonte de matéria-prima original já não o petróleo mas o gás natural.

Desenvolvemos e estimulámos uma política favorável às pequenas e médias co-gerações; diversificámos as fontes de fornecimento em gás natural com a decisão de construir um terminal de descarga, em Sines, e com a decisão de construir uma segunda central de ciclo combinado.

No que respeita ao objectivo «dimensão», estão em curso (e já prestei informação e contas a esta Assembleia) medidas visando a reestruturação de todos os nossos operadores energéticos.

No domínio da liberalização, subscrevemos e propusemos, no âmbito do recente Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa, medidas favoráveis a uma maior liberalização dos mercados energéticos e, também, do mercado energético nacional.

É esta, em síntese, a política energética deste e do anterior governo: garantir mais eficiência, garantir mais qualidade ambiental, garantir mais benefícios para os consumidores e para a competitividade das empresas.

Creio que vamos no bom caminho, e é nesse caminho que vamos prosseguir.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro das Finanças e da Economia, inscreveram-se os Srs. Deputados Paulo Portas, Francisco Louçã, Isabel Castro, Manuela Ferreira Leite, Octávio Teixeira e Maria Celeste Cardona.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, começo por uma questão prévia: nós, por ser lógico, já sabímos que o Sr. Primeiro-Ministro, quando não está em Portugal, está no estrangeiro. Ficámos a saber, o que é menos lógico, que, quando está em Portugal, está com estrangeiros.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador — E, Srs. Deputados e Srs. Ministros, eu digo a palavra «estrangeiro», porque é a que os portugueses dizem, consta do dicionário e representa a circunstância concreta que estamos a discutir.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador: — Se quiserem, eu peço à ala esquerda, de empréstimo a curto prazo, o politicamente correcto, e passo a dizer. «Cidadãos, eminentes, socialistas, eventualmente não nascidos em território constitucionalmente ainda definido como português».

Aplausos do CDS-PP

Se isso vos agrada, faço-vos o favor!

Na nossa bancada, temos todo o direito de considerar profundamente significativo e negativo que o Primeiro-Ministro, entre uma reunião partidária e uma questão de Estado, que incomoda profundamente os portugueses, escó-

lha estar presente a 1600 metros daqui, à mesma hora, numa reunião partidária, entre vir a uma instituição que representa o povo português, prefira reunir-se com colegas estrangeiros, ou «não nascidos em território ainda constitucionalmente definido como português»,

Risos do CDS-PP.

... e tiramos daqui a conclusão que longe vão os tempos em que VV. Ex.º criticavam os vossos antecessores no governo por não darem a cara na instituição própria, nem virem à Assembleia da República

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador. — Não foi só da «doutrina Vara»: «buzinai, buzinai» que VV. Ex.º esqueceram. Foi também da «doutrina Guterres», que criticava o anterior Primeiro-Ministro por não vir aqui.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador — Está tão perto daqui e nem se lembrou de vir aqui dar a cara e defender a vossa posição perante a Assembleia, que representa os portugueses

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas, Sr Ministro das Finanças, pretendo algumas informações muito concretas, porque VV Ex.º têm usado argumentos para defender este vosso brutal aumento dos combustíveis que são falaciosos

Ponto primeiro: VV. Ex.º dizem, repetidamente, que em Espanha já houve sete aumentos!

A Sr.ª Maria Celeste Correia (PS) — E houve!

O Orador: — Queria, Sr Ministro, que me informasse qual é o preço da gasolina sem chumbo 95 em Espanha, neste momento. Queria que me desse esta informação concreta. Repito quanto custa 1 litro de gasolina sem chumbo 95 em Espanha, neste momento?

Se puder dizer-me, diga, senão, eu informo-o, desde já, que custa 132,9 pesetas, o que corresponde a 160\$, menos 18\$ do que o preço da gasolina homóloga em Portugal.

O Sr Miguel Macedo (PSD) — Ora, aí está!

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Um escândalo!

O Orador — Ponto segundo: queria que me informasse qual é o preço internacional da matéria-prima em causa no dia de hoje. Há 15 dias, chegou a estar perto dos 30 dólares, há uma semana estava nos 27 dólares, no dia em que VV. Ex.º aumentaram a gasolina e o gasóleo, o petróleo nos mercados internacionais baixou para 25 dólares, hoje, tanto quanto sei, já está nos 23,75 dólares

Queria saber, Sr. Ministro das Finanças,

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado!

O Orador — Termine já, Sr Presidente

Queria saber, Sr Ministro das Finanças, quanto mais tempo vai manter esta política errada de aumentar o

gasóleo e a gasolina, no preciso momento em que o preço internacional do petróleo começa a baixar

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia

O Sr Ministro das Finanças e da Economia. — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, antes de responder às suas questões, queria, com toda a veemência, recusar as críticas que V Ex.º fez ao Primeiro-Ministro

Vozes do PSD e do CDS-PP — Oh!

O Orador — O Primeiro-Ministro é, enquanto Primeiro-Ministro, aquele que mais vezes tem estado perante esta Assembleia a responder a todas as questões

Aplausos do PS

Protestos do PSD e do CDS-PP

O Primeiro-Ministro de Portugal, Engº António Guterres, antes e depois das decisões que, em nome do Governo, eu anunciei, sobre o aumento de preços dos combustíveis, defendeu publicamente essas decisões, fundamentalmente injusto estar a dizer que o Primeiro-Ministro de Portugal fugiu a, aqui, dar a cara por uma política

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Eu não disse «fugiu»!

O Orador: — Mas foi esse o sentido da sua intervenção, Sr. Deputado Paulo Portas

O Orador: — É completamente injusto, repito, estar a dizer que o Primeiro-Ministro de Portugal fugiu a, aqui, dar a cara por uma política do Governo que o Primeiro-Ministro tem apoiado

Protestos do PSD e do CDS-PP

O Sr. Presidente — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio

O Orador: — Sr Deputado Paulo Portas, essa crítica que fez ao Primeiro-Ministro de Portugal não é aceitável e eu tenho de, com toda a veemência, em nome da justiça, a repudiar, perdoe-me a expressão

Em relação aos aumentos, é verdade que em Espanha houve, desde, sensivelmente, há nove meses, sete aumentos de preços .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Também houve eleições!

O Orador — Já expliquei que, se a razão tivesse sido eleitoral, nós teríamos feito o aumento 15 dias, três semanas, um mês depois das eleições

Protestos do PSD e do CDS-PP

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Lá está o nariz a crescer!

O Sr. Presidente — Srs Deputados, têm de deixar ouvir quem está no uso da palavra

O Orador — É absolutamente evidente, é uma questão de bom senso.

Mas quero dizer-lhe que sempre tem havido em Espanha uma política mais favorável em relação aos preços da gasolina e menos favorável em relação ao preço do gasóleo

É por isso que, sendo certo que a gasolina de 95 octanas custa em Espanha, neste momento, 160\$, o gasóleo custa 135\$ e, ao custar esse preço, Sr Deputado Paulo Portas, coloca em piores condições toda a competitividade empresarial

Em Portugal, os agentes económicos sentiram este aumento e, sendo um aumento de 10\$, é, mesmo assim, inferior àquele que resultaria de um ajustamento automático. Se tivéssemos feito um ajustamento automático, os agentes económicos e os consumidores estariam a pagar 132\$ pelo gasóleo. Portanto, mesmo assim, estamos a acomodar uma perda de receita fiscal

O Sr. Deputado Paulo Portas pode, deve, tem todo o direito de discordar da maneira como o Governo fez o aumento, não é essa a questão, mas não pode pôr em causa que tivemos, no passado e mesmo quando tornámos a decisão, uma enorme preocupação com as condições de vida dos portugueses e com as condições competitivas

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr. Ministro.

O Orador — Em relação às informações que o Sr. Deputado Paulo Portas me pediu sobre o preço do petróleo, tenho comigo todos esses valores, nomeadamente a quanto está o barril de *brent*, às 10 horas e 30 minutos, em Lisboa, e como foi, ontem, negociado em Nova Iorque e verifica-se que há uma descida do preço do barril

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Então, baixe o preço da gasolina!

O Orador — Sr. Deputado Paulo Portas, dá-me licença que acabe?

O Sr Presidente — Sr. Ministro, agradeço que termine.

O Orador. — Há uma baixa do preço do barril para valores que se situam no intervalo de 20 a 25 dólares, que eu defini como um patamar de estabilidade, e confirmo aqui o compromisso do Governo de produzir um abrandamento no preço dos combustíveis se e quando o preço do barril baixar dos 20 dólares

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro das Finanças e da Economia, propôs-nos aqui que acreditássemos, de uma só vez, em três magias, três, o que, mesmo para um Ministro que carinhosamente, a si próprio, chamou de «Ministro aditivado», tem de reconhecer que é muito.

Começou por nos pedir que acreditássemos numa lenda, que e a de que houve um efeito fiscal neutro desta política energética. Não é possível, Sr. Ministro, porque já nos disse o mesmo em Dezembro! E ou o Ministro Pina Moura tinha razão em Dezembro e, nessa altura, havia cumulativamente um efeito fiscal neutro, ou o Ministro Pina Moura tem razão agora e agora, cumulativamente, há um efeito fiscal neutro. Não pode haver as duas coisas e não pode ser verdade agora uma coisa que foi verdade em Dezembro, porque de Dezembro até agora o efeito fiscal só evoluiu num sentido

Mas, sobretudo, Sr. Ministro, por que é que há um objectivo de um efeito fiscal neutro? Não é verdade, então, que uma política de taxação sobre a energia tem como objectivo controlar efeitos multiplicadores sobre a economia e controlar a procura de um recurso energético que é raro? Não são esses os principais objectivos e não são eles que devem determinar uma política?

Pedi-nos que acreditássemos numa lenda, mas não o podemos acompanhar a esse respeito

Pedi-nos, depois, que acreditássemos numa fábula, que é a de que, se houvesse liberalização, teríamos chegado aos 190\$. E aí é verdade! Mas o Governo «tirou da cartola um coelho».

A Sr.ª Maria Celeste Cardona (CDS-PP): — Um coelho?

O Orador — que é uma liberalização bondosa que poderia passar a ocorrer a partir de agora

Depois de ter feito um Orçamento do Estado com o Partido Popular, que, por boas razões, está preocupado e nervoso com a factura que agora lhe é apresentada, compreenda que nos é muito difícil encontrar uma liberalização bondosa. Isto porque um processo de liberalização dos preços do petróleo, que tem um efeito inflacionário, seguramente grande, ao longo do tempo, tem uma determinação que não pode ser só considerada nos casos de baixa, mas que naturalmente é um outro princípio ao qual nos opomos.

Mas se, em contrapartida, Sr. Ministro, aquilo que estiver em causa é uma política de eco-taxes, uma política de controlo e de intervenção sobre os recursos energéticos, sobre o reequipamento de um país que reconhecidamente é importador e, portanto, dependente de petróleo — e, sobre isso, nada pode fazer, a não ser diminuir e contornar as dependências —, então, para essa discussão pode contar com a nossa abertura e com a nossa colaboração.

Em último lugar, propôs-nos que acreditássemos num conto de fadas, o que, como compreenderá, com a vertente laicizante do Bloco de Esquerda, se torna muito difícil

Pedi-nos que acreditássemos que a previsão de 2% que sustentou a negociação para 2,5% nos aumentos da função pública, ou os 3000\$, é uma previsão que se vai manter. Isso é uma declaração extraordinária. Porque ou era séria, como presumo que tinha de ser, a previsão dos 2%, ou não nos pode dizer agora que essa previsão é revista para um abrandamento na taxa homóloga mensal até 1,6% ou 1,7%, em função do cálculo dos efeitos directos que venham a ser induzidos por este aumento do combustível, sejam eles de 0,3 ou de 0,4. A previsão é a previsão! É uma previsão de um cenário macroeconómico, do desenvolvimento económico, não é uma previsão imposta, pelo que de desagradável decorre do aumento do preço da gasolina.

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado.

O Orador — Termine já, Sr Presidente

É por isso, Sr. Ministro, que, considerando efeitos directos, que o senhor contabilizou, efeitos indirectos e efeitos nas expectativas — *vide* declaração do Ministro Jorge Coelho «Safámo-nos desta!», que a economia bem compreenderá —, com todos esses efeitos, então, se perceberá que há um efeito de arrastamento que os senhores terão de considerar nas negociações com a função pública.

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, procurarei ser muito sintético e ir directo às questões que colocou

Se o Sr Deputado tiver o cuidado de ler a intervenção que acabei de produzir — está escrita —, verificará que falei em efeito fiscal neutro até Outubro, até ao fim do período do XIII Governo Constitucional. Portanto, sempre falei em efeito fiscal neutro no período iniciado em meados de 1997, ou seja, durante cerca de dois anos e meio. Mais concretamente, numa receita de cerca de 1200 milhões de contos — durante esses três anos — de imposto sobre produtos petrolíferos, teremos perdido, no conjunto, face ao orçamentado até Outubro, cerca de 11 milhões de contos, o que significa um desvio de cerca de 1%

Creio, por isso, que é legítimo dizer que o efeito fiscal foi neutro até essa data.

Em relação à segunda questão, a da liberalização dos preços dos combustíveis, o Sr Deputado não pode querer «sol na eira e chuva no nabal». Nem o Sr Deputado, nem ninguém!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — É absolutamente claro que, quando o Governo diz aos portugueses que estamos disponíveis para, se e quando houver um movimento sustentado de descida, criarmos um movimento de liberalização dos preços dos combustíveis, abstendo-se, ao fim e ao cabo, o Governo de decisões nesse domínio e deixando-as ao mercado, estamos a dizer aos portugueses, com toda a clareza, que têm de se preparar para os efeitos bom e para os efeitos maus que, porventura, isso venha a ter no futuro. Mas o Governo não pode ser atacado por uma coisa e pela outra, ao mesmo tempo!

Tivemos, e temos, a humildade democrática para perceber que a crítica mais profunda e mais generalizada que nos é feita na sociedade é não tanto a de termos feito o aumento mas a de não o termos feito de forma mais gradual.

Nós dizemos aos portugueses que aceitamos essa crítica, dizemos aos portugueses o que é que teria acontecido se tivesse sido esse o método seguido, ou seja, hoje, pagariam mais e teriam tido 10 aumentos nos últimos nove meses, mas estamos disponíveis para, num momento de descida, começar a desenvolver essa metodologia, que é, aliás, mais cómoda para o Governo.

Terceira questão a inflação Sr Deputado Francisco Louçã, é evidente que tínhamos — eu próprio o afirmei aqui, nos dias 4 e 5 de Novembro — por absolutamente

provável a necessidade de um ajustamento nos preços dos combustíveis

Quisemos quantificar e clarificar toda a situação e por isso esperámos pela reunião da OPEP — e o Sr Deputado Paulo Portas não está presente, mas também colocou esta questão —, porque fixámos a política de estabilidade de preços entre um intervalo de 13 e 19 dólares por barril. Foi nesse intervalo que conseguimos acomodar estabilidade de preços e neutralidade em termos de receita fiscal.

Esse «tecto» foi furado e estamos convencidos de que, hoje, o patamar de estabilidade, na hipótese mais favorável, se situará entre os 20 e os 25 dólares, por isso fixámos este novo patamar de preços para esse intervalo. Mas, se o preço por barril descer para além dos 20 dólares, baixaremos o preço dos combustíveis e começaremos, se esse for um movimento sustentado, a encontrar mecanismos de liberalização

Ou seja, à margem da incorporação dos efeitos directos e indirectos.

O Sr Presidente. — Tem de terminar, Sr Ministro, porque já ultrapassou o tempo de que dispunha

O Orador. — Peço desculpa, Sr Presidente

À margem da incorporação dos efeitos directos e indirectos — e repare, Sr Deputado Francisco Louçã, que estou a falar dos efeitos directos e indirectos —, estimamos um efeito de arrastamento na inflação de 0,3 a 0,4 e pensamos que isso, com a dinâmica actual da inflação em Portugal, é compatível e acomodável, desde que as circunstâncias externas evoluam num sentido favorável, com o nosso objectivo

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — O Sr Ministro das Finanças e da Economia gera o tempo de que dispõe como entender, mas informo que apenas lhe restam cerca de 3 minutos para responder a quatro pedidos de esclarecimento

O Sr Deputado Manuel Alegre pediu a palavra para que efectue?

O Sr Manuel Alegre (PS). — Para interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr Presidente — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr Manuel Alegre (PS) — Sr Presidente, o Sr. Deputado Paulo Portas levantou uma questão sobre a condução dos trabalhos e, segundo as suas próprias palavras, este seria o momento mais importante do debate. Ora, como criticou o Sr Primeiro-Ministro por estar ausente, gostava de saber se o Sr Presidente tem alguma informação sobre Ah, o Sr Deputado Paulo Portas acaba de entrar na sala!

Está sem efeito a interpelação.

Risos do CDS-PP

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Perdeu uma boa oportunidade de estar calado!

O Sr Presidente — O problema teve uma solução natural!

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr. Presidente, Sr Ministro das Finanças, V. Ex.^a veio hoje ao Parlamento, rodeado da equipa que muito bem escolheu, para travar aquilo a que chamou «debate sobre política energética». Só que, curiosamente, na sua equipa, o ambiente está ausente.

Portanto, todos ficámos a perceber que o aumento do preço dos combustíveis em Portugal, ao contrário do que acontece nos outros países da União Europeia, não tem nada a ver com uma medida ambientalmente correcta, nem tem qualquer justificação ou motivação ambiental. É, pura e simplesmente — utilizando as suas palavras —, um facto desagradável e, do nosso ponto de vista, socialmente injusto.

Naturalmente, o Sr Ministro referiu, por variadíssimas vezes, que longe de si atrasar este aumento por razões eleitorais ou, tão-só, para tentar condicionar as revisões salariais, mas como este Parlamento não tem meios para averiguar o grau de verdade das afirmações proferidas — o Parlamento não tem um «mentímetro» para que cada um possa medir o que os outros dizem —, a dúvida permanece.

A dúvida permanece porque o Sr Ministro disse que ia falar sobre política energética e, curiosamente, não disse uma palavra sobre as questões importantes que hoje se colocam ao nosso país. Falou de diversificação que, desde há muitos anos, é tão-só sinónimo de gás natural, não falou da eficiência energética, que é baixa, não falou da intensidade energética, que continua a crescer no nosso país, não falou das energias renováveis, que deviam ter um peso importante no conjunto das energias produzidas, não falou da conservação e, seguramente, não falou de algo sobre o qual gostaríamos de ser esclarecidos como bem sabe, Portugal assumiu, no quadro da União da União Europeia, em relação a Quioto, compromissos muito sérios que se vão pagar caro.

Portugal não tem uma estratégia, do ponto de vista dos transportes, para modificar um problema que causa, de algum modo, alterações climáticas e aumento da poluição. Refiro-me às emissões de CO₂ que, em grande medida, têm a ver com o uso do transporte individual. Ora, poder-se-ia dizer que, considerando negativo o modo brusco e não gradual de subida de preços dos combustíveis para se ajustar às flutuações do mercado, o que se esperava era que o Governo tivesse anunciado um conjunto de medidas para estimular a utilização dos transportes públicos e, designadamente, assumido o compromisso de que uma parte desse aumento iria ser cativa para investimentos nos transportes. Paradoxalmente, o que se admite é a possibilidade de aumento em mais 4% do preço dos transportes públicos!

Sr Ministro, pergunto que justificação ambiental ou social tal medida pode vir a ter, do seu ponto de vista.

O Sr. Presidente. — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia.

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, Sr^a Deputada Isabel Castro, quanto à primeira observação que fez, esclareço que não está presente na nossa delegação ninguém da equipa do Ministério do Ambiente porque, ao contrário do que a Sr^a Deputada pareceu insinuar, não temos da política económica uma visão antagonica com a política de ambiente, pelo contrário, e isso é particularmente visível na política de energia.

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Orador — Conforme expliquei, temos diversificado as fontes energéticas

A central de ciclo combinado da Tapada do Outeiro, movida a gás natural, produz 1000 Mw, o que representa mais de 10% da produção da energia eléctrica nacional — e compreenderá que representa, desde logo, uma baixa significativa da nossa dependência energética em relação ao petróleo — e a segunda central de ciclo combinado, que estará em funcionamento no final de 2003, acentuará esta política.

A diversificação que fizemos nas fontes de fornecimento de gás natural também apontam nessa direcção, bem como as medidas que tomámos favoráveis às pequenas e médias co-gerações, para que os agentes económicos invistam mais nelas, e às energias renováveis. A antecipação do fim da gasolina com chumbo é outra medida.

Enfim, não tenho tempo para mais, mas penso que isto demonstra, Sr^a Deputada, que é injusta a sua crítica e, por algum motivo, no que respeita às energias renováveis, um grupo ambientalista alemão definiu Portugal como um caso exemplar nos progressos nesse domínio, no passado mês de Outubro.

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — E o aumento dos transportes públicos?

O Sr Presidente — Tem a palavra a Sr Deputada Manuela Ferreira Leite

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, Sr Ministro, parece-me que este debate podia ser reduzido no tempo por vários motivos. Em primeiro lugar, o Sr. Ministro falou durante 19 minutos quando a sua intervenção se poderia ter reduzido a uma frase: «Nós fazemos tanta despesa que é inevitável o aumento de impostos». Com ela o Sr Ministro teria dito tudo!

Aplausos do PSD.

Também se poderia ter reduzido em tempo este debate se o Partido Popular, que viabilizou este Orçamento do Estado, tivesse ficado calado ou, pelo menos, falado um pouco mais baixo!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Basílio Horta (CDS-PP). — Agora, também quer calar-nos?

A Oradora: — Com efeito, aquando da discussão do Orçamento do Estado, ficou visível e foi dito por nós, inúmeras vezes, que estava subjacente no Orçamento um aumento de impostos, porque aquela receita prevista do ISP só era susceptível de ser alcançada com o aumento dos preços dos combustíveis. O Partido Popular teve receio que os senhores se demíssem e hoje todos constatamos — e penso que o Partido Popular concorda connosco — que teria sido a sorte dos portugueses se os senhores se tivessem demitido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Portanto, agora não vale a pena vir falar de uma coisa que evitámos mas que hoje todos desejaram!

Relacionada com esta matéria, tenho a seguinte pergunta concreta a formular: o Sr. Ministro afirmou — ouvi nas rádios — que, como forma de compensar este aumento de impostos que estava a ser colectado aos portugueses, o Governo ia dar o exemplo pela sua parte, com a redução de 100 milhões de contos no Orçamento.

É impossível que algum Sr. Deputado neste hemiciclo esteja esquecido de um debate que terminou há quinze dias e em que foi ponto essencial da discussão por parte da oposição, nomeadamente do Partido Social Democrata, o aumento descontrolado da despesa, considerando nós, por um lado, que havia um enorme desperdício na despesa deste Orçamento, considerando os senhores, por outro, que não podiam fazer qualquer redução nessa despesa porque ela era toda de natureza social.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Ideológico!

A Oradora: — Portanto, Sr. Ministro, uma de duas ou a despesa é desperdício ou é social.

O Sr. Ministro anunciou um corte de 100 milhões de contos...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Uns trocos!

A Oradora: — ... e eu gostaria que me respondesse concretamente se esses 100 milhões de contos são cortados em desperdício ou se são cortados na despesa social. Se são cortados na despesa social, gostaria que o Sr. Ministro dissesse quais são as áreas em que vai cortar. É na educação, na saúde, na segurança dos portugueses, na justiça, que está de rastos? Qual é a área social que Sr. Ministro seleccionou para cortar 100 milhões de contos?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Economia.

O Sr. Ministro das Finanças e da Economia — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, vou responder concretamente à sua questão e gostaria de dizer-lhe que considero espantoso o argumento que usou de que o aumento dos preços dos combustíveis se destina a aumentar impostos.

Vozes do PSD: — É óbvio!

O Orador: — quando essa medida de aumento dos preços dos combustíveis tem sido defendida inconsistentemente por um dos «ministros sombra» do PSD, porta voz para as questões económicas e financeiras. Além disso, essa medida foi também defendida aqui, nesta Assembleia, pelo Sr. Deputado Durão Barroso, na sessão plenária do dia 17 de Fevereiro, quando disse ao Primeiro-Ministro «quer o Sr. Primeiro-Ministro que continuemos a apoiar a sua política...» — assim chamada, acrescento eu — «de subsídio às petrolíferas?»

Não queremos! O PSD há muito tempo que defende um aumento de preços dos combustíveis e isso, aliás, deu aqui origem a um debate parlamentar extremamente interessante

Ora, a prova de que não se destina ao aumento de impostos é que aceitamos que, mesmo com este ajustamento, é altamente provável uma perda de receita fiscal por parte do Governo em sede de ISP, na execução orçamental de 2000

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Mais subsídios para as empresas!

O Orador — A outra questão, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, é que não me lembro se a Sr.^a Deputada estava ou não no hemiciclo quando, na sessão de encerramento da votação do Orçamento do Estado para 2000, eu disse, e relembo, que para o combate ao despesismo, para o rigor financeiro do Estado, todos, Governo, Assembleia da República e funcionários da Administração, estávamos convocados, e o Governo, pela sua parte iria, na execução orçamental e na linha das cativações que já constam da lei do Orçamento, aprofundar cortes em despesas não essenciais. É muito fácil dizer que despesas são essas, ou seja, é certo tipo de aquisição de serviços, de material de transporte, de maquinarias e equipamentos e de edifícios ou grandes obras em imóveis ou em instalações do subsector do Estado ou dos fundos e serviços autónomos

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Isso é vago!

O Orador: — Não se misture este tipo de despesa com a despesa social, não se diga, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite que, quando defendemos o Orçamento do Estado para 2000, justificámos toda a dimensão da despesa pelo crescimento da despesa social. Isso não é correcto, não foi verdade e a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite sabe-o perfeitamente

O Sr. Presidente: — Para defesa da honra da bancada, tem a palavra a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD): — Sr. Presidente, pedi a palavra para defesa da honra da bancada porque o Sr. Ministro, para não responder àquilo que lhe perguntei, resolveu invocar argumentos de pessoas do meu partido que fizeram afirmações — e bem feitas — acerca de aspectos a que o Sr. Ministro agora fugiu à resposta

O Sr. Ministro está espantado com o meu argumento, mas ainda me espanto mais com o seu, ao considerar que a receita que tem subjacente no seu Orçamento era suscetível de ser alcançada mesmo que não tivesse feito estes aumentos

O Sr. Ministro diz que está com uma perda de receita tendo no seu Orçamento, que quis aprovar aqui neste hemiciclo, um montante de receita que ninguém percebe o que é. Ora, aquilo que dizemos, e continuaremos a dizer, é que se o senhor mantém essa receita, significa que está a pensar aumentar ainda mais os impostos e, então, tem a obrigação de o dizer aos agentes económicos, para eles se irem adaptando e isso ser feito gradualmente. É isto que dizemos, Sr. Ministro, e não qualquer argumento contrário àquele que tem sido invocado

Evidentemente que se o senhor pensava aumentar os combustíveis tinha a obrigação de o ter feito de forma a que os agentes económicos se adaptassem, para não sofrerem um choque como, neste momento, estão a sofrer. É este o ponto fundamental.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora. — Mais extraordinário, Sr Ministro, é este último argumento que o senhor utilizou para os 100 milhões de contos, porque quando fala em aquisições de serviço, de maquinaria, etc., e diz que não é despesa social, quer dizer que tem 100 milhões de contos de reserva em coisas como maquinaria, automóveis e outras coisas do género!

Risos do PSD

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Devem ser telemóveis!

A Oradora — O Sr Ministro considera que isso não é desperdício?¹ Sr Ministro, há um ponto essencial que vai ter de explicar, pois está na gravação do Orçamento que uma parte da receita que o senhor vai obter tem a ver com a venda de edifícios; agora, uma parte da despesa tem a ver com a quebra na compra de edifícios. Vamos ver se nos entendemos ou corta na despesa ou corta na receita, porque nos dois lados é impossível! Ou, então, está a vender por um lado e a comprar por outro,

O Sr António Capucho (PSD) — Está baralhado!

A Oradora — o que significa que este Governo está armado em agente imobiliário, o que me parece que não é nem deve ser a vossa vocação!

Aplausos do PSD.

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia

O Sr. Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite, com todo o respeito e simpatia, o que considero espantoso é essa contradição que está a dizer

A política de gestão do património, onde se inclui a alienação de edifícios públicos não necessários, que vendemos e cuja verba resultante vamos aplicar, é absolutamente compatível com o que disse, mesmo que parte da despesa que alguns fundos e serviços autónomos querem fazer com a aquisição de novos edifícios já não seja compatível com uma política de plena racionalização do património que existe. Isso não é absolutamente contraditório e são, aliás, duas fases de uma mesma política de gestão mais rigorosa do património do Estado

Quanto aos aumentos, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, verifico o seguinte o PSD, nomeadamente através do Dr Tavares Moreira mas também do seu Presidente, Dr Durão Barroso, enquanto não houve aumentos, veio defendê-los; agora que houve aumentos, com as justificações que já aqui produzi e que foram desenvolvidas, uma parte do PSD anuncia ou pré-anuncia e deseja mais aumentos, enquanto que a outra parte, como o Sr Deputado Rui Rio, que ouvi ontem na televisão, defende uma diminuição dos preços dos combustíveis. Em que ficamos, Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite?

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Nas duas coisas, Sr Ministro!

O Sr Presidente — Srs. Deputados, informo que temos o prazer e o privilégio de ter connosco um grupo de 50 alunos da Escola EB, Amadeu Gaudêncio, da Nazaré, um grupo de 39 alunos da Escola EB 2,3 Nuno Gonçalves, de Lisboa, um grupo de 42 alunos da Escola Secundária Henrique Medina, de Esposende, um grupo de 100 alunos do Colégio João de Barros, de Pombal, um grupo de 50 alunos da Escola EB 2,3 Marquesa de Alorna, de Lisboa, um grupo de 45 alunos da Escola Secundária du Bocage, de Setúbal, um grupo de 100 alunos da Escola do 1.º CEB, de Anadia. Vamos também receber um grupo de 50 alunos da Escola Secundária Dr Serafim Leite, de S João da Madeira, um grupo de 31 alunos da Escola Secundária D Dinis, de Coimbra, e um grupo de 44 alunos da Escola Secundária D Sancho I, de Vila Nova de Famalicão. É bom ter esta companhia deles e para eles peço uma saudação calorosa

Aplausos gerais, de pé

O Sr Deputado Octávio Teixeira e a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona inscreveram-se para um pedido de esclarecimentos, como o Sr. Ministro não tem tempo, o PS concede-lho

Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, admito que o Governo gostasse de poder deixar de falar, com o pretexto da falta de tempo. Todavia, penso que seria absolutamente inaceitável

Sr Ministro, quer queira ou não, quer aceite ou não reconheçê-lo publicamente, a verdade é que está reconhecido pelos portugueses que o comportamento do Governo em toda esta saga dos preços dos combustíveis, desde 1996 até agora, mais do que insensatez, foi um continuado dislate político, económico e social. É impossível fugir a essa situação, porque os factos demonstram-no ao longo do tempo e, fundamentalmente, com os resultados

O Sr. Ministro agora vem com a tese do resultado neutro do ponto de vista fiscal, mas a verdade é que, durante dois anos e meio, o Governo esteve a engordar o Orçamento com o aumento do ISP — um aumento real, efectivo e grande sobre os combustíveis. Depois desses dois anos e meio, o Governo verificou — não era preciso estar muito atento, pois a OPEP disse clara e publicamente, em 30 de Abril de 1999, que ia aumentar substancialmente o preço do petróleo, quando resolveram fazer uma redução da produção diária de quatro milhões de barris — que não podia continuar a «encher» o Orçamento. No entanto, politicamente, não quiseram começar a fazer a actualização dos preços devido às eleições

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Exactamente!

O Orador — Sr Ministro, não vale a pena estar a arranjar pretextos. Em Outubro, o problema era, pura e simplesmente, a ambição da maioria absoluta!

O Sr Ministro veio dizer-nos, com alguma candura, pelo menos em termos do ar com que o disse, que se o motivo fosse esse, então, a seguir às eleições, tinham aumentado os preços. Porém, não é assim, pois essa saga do Governo não acaba aí! Depois das eleições, tinham de fazer o Orçamento, tinham de actualizar o salário mínimo nacional,

tinham de actualizar as pensões e reformas, tinham de fazer a negociação salarial para os trabalhadores da função pública e tinham de apresentar, no Orçamento, as alterações ao IRS, em sede escalões e de actualizações. Ora, também não o fizeram, pois quiseram manter uma taxa de inflação virtual para fazerem todo este mal.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Manobra de feitiço!

O Orador. — Depois disto, Sr Ministro, V Ex^a tem de reconhecer que o aumento que fez dos preços, no dia 30 de Março, não se destina a resolver problemas orçamentais. V Ex^a faz um aumento na gasolina, se a memória não me trai, de 17\$ por litro.

O Sr. Presidente — Tem de terminar, Sr Deputado

O Orador — Terminei já, Sr Presidente

Como dizia, V Ex^a faz um aumento na gasolina, se a memória não me trai, de 17\$ por litro de gasolina, mas, simultaneamente, aumenta o factor de correção de 2\$ para 28\$80! Ou seja, todo o aumento que agora foi decretado vai para as gasolineiras! E isto porquê? Por causa da dívida que VV Ex^a acumularam ao longo dos últimos meses por causa do eleitoralismo!

Para poderem penalizar — porque queriam penalizar — os trabalhadores da função pública, os trabalhadores que auferem o salário mínimo nacional e os reformados, VV Ex^a contraíram dívidas de milhões de contos que agora têm de pagar. E este aumento, que vai sobrecarregar a economia e os trabalhadores portugueses, é para pagar os vossos erros políticos. É para pagar a dívida que VV Ex^a contraíram com as gasolineiras ao longo de meia dúzia de meses!

Applausos do PCP e de alguns Deputados do PSD

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Economia

O Sr. Ministro das Finanças e da Economia: — Sr Presidente, Sr Deputado Octávio Teixeira, tomando como referência os valores orçamentados para o ISP em 1997, 1998 e 1999, o Governo ficou abaixo da receita orçamentada, em 1997, em cerca de 35 milhões de contos, ficou acima dessa receita em cerca de 37 milhões de contos, em 1998, e, até Outubro de 1999, perdeu, face à previsão orçamental, 11 milhões de contos. Por isso, digo e insisto que tivemos uma política justa do ponto de vista fiscal, no que respeita a este aspecto, e que ela foi neutra.

Em segundo lugar, devo dizer-lhe que o argumento que usei de que esta medida nada teve a ver com as eleições é absolutamente verdadeiro.

Risos do PCP e do PSD

O Sr. Deputado Octávio Teixeira acusou-me de tentativa de candura, mas devo dizer-lhe, Sr Deputado, que, quando venho ..

Protestos do Deputado do PCP Carlos Carvalhas

Sr Deputado Carlos Carvalhas, acalme-se! Acalme-se!

O Sr Presidente. — Srs Deputados, peço-lhes que criem condições para o Sr Ministro poder continuar! Faça favor de prosseguir, Sr Ministro

O Orador. — Sr Presidente, dizia eu que, a mim, bastava-me que os argumentos que inventei sejam entendidos e compreendidos pelo povo português, mas não estou à espera de convencer os Deputados Octávio Teixeira e Carlos Carvalhas!

Vozes do PSD — Inventou! Exactamente!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Fugiu-lhe a boca para a verdade!

O Sr. Vieira de Castro (PSD). — Exactamente! Inveniu!

O Sr. Presidente — Os Srs. Deputados também não gostam de ser interrompidos quando estão no uso da palavra, pelo que agradeço que façam silêncio para poder dar a palavra à Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona, para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro

O Sr. Vieira de Castro (PSD). — Foi a *gaffe* da tarde!

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, já pedi duas vezes para fazerem silêncio. V Ex^a é um dos Deputados mais respeitáveis desta Casa, tem a minha amizade e a minha admiração, mas tenha paciência, não me desiluda, sobretudo fazendo de conta que não estou a falar nem a pedir coisa alguma!

Tem a palavra, Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr Presidente, vou concentrar-me no essencial, que, para a nossa bancada, é obter do Governo os esclarecimentos que, para nós e para a população portuguesa, são importantes, não nos perdendo em considerações de outra natureza que nada têm a ver com este debate.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora — Também não vou buzinar, Sr Ministro, vou apenas perguntar, vou fazer-lhe perguntas muito simples, como as que julgo que os portugueses fariam se, porventura, estivessem aqui, no meu lugar.

A primeira pergunta é a seguinte: quando é que o Sr. Ministro pensa cumprir a Constituição da República Portuguesa, no que respeita aos artigos 103º e 165º, que informo, para quem não souber, que têm a ver com a garantia da legalidade da fixação das taxas e a possibilidade de os agentes económicos e as famílias poderem prever quanto vão pagar de impostos?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora. — Sr Ministro, pergunto-lhe quando é que tenciona cumprir este imperativo constitucional, que, por acaso, até foi sufragado por uma recomendação do Sr Provedor de Justiça, de Junho de 1999. Se for possível, gostaria também de obter uma resposta concreta sobre esta questão.

Passo agora à segunda pergunta

Sr Ministro, estou cansada, e julgo que os portugueses também, de ouvir falar da política de estabilidade de preços. Apetece-me dizer, como o outro quem é que lha pediu? É que se essa política de estabilidade de preços significa que o senhor mantém o preço de venda ao público alto quando o produto adquirido no mercado internacional está baixo, em que é que se traduz essa política de estabilidade?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Muito bem!

A Oradora — Mais o preço começou a baixar no dia em que o senhor e o seu Governo, governando mal, e — no dizer que não é meu, Sr Ministro, mas de um seu antecessor — cometendo um grave erro económico e político, decidiu aumentar os preços

Pergunto-lhe, pois, muito frontalmente, o seguinte mantendo o senhor essa reiterada posição — errada, a nosso ver — da tal estabilidade que ninguém lhe pediu e que julgo que ninguém comprehende, visto tratar-se de aumentar quando os preços baixam, o que vai o senhor fazer a partir de hoje, por exemplo, em que o preço do petróleo nos mercados internacionais já está a 23,29 dólares? Tendo em conta que o senhor disse que só baixaria os preços máximos de venda ao público quando o preço do petróleo estivesse abaixo dos 20 dólares, o que vai o senhor fazer até lá?

Vai diminuir o factor de correção para entregar às petrolíferas e aumentar a taxa unitária do imposto sobre os combustíveis? Pergunto-lhe se vai continuar a manipular os elementos da fórmula de cálculo do preço de venda ou se vai fazer algo muito simples, que todos os portugueses esperam e que esta bancada espera e exige, que é o seguinte: baixe, por favor, os preços dos combustíveis para os consumidores!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia:

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, Sr.^a Deputada Maria Celeste Cardona, em relação à sua primeira pergunta, a resposta é simples e directa. Não vou entrar na polémica constitucional sobre a questão, pois essa não é a minha especialidade. De qualquer forma, é evidente que a disponibilidade, que anunciei, do Governo para, se e quando possível, adquirir um mecanismo liberalizado de fixação dos preços dos combustíveis resolve esse problema na fonte.

A Sr.^a Deputada perguntou-me também quem me pediu a política de estabilidade de preços. Respondo-lhe apelando para que todos — mas mesmo todos, incluindo quem comigo partilhou a responsabilidade de assinar as portarias para a manutenção da política de estabilidade de preços — assumamos as nossas responsabilidades. Eu assumo as responsabilidades decorrentes da manutenção de uma política de estabilidade de preços ao serviço dos objectivos que desenvolvi na minha intervenção e espero que quem, ao longo dos últimos dois anos e meio, não criticou a política de estabilidade de preços assuma também as responsabilidades por só agora o estar a fazer!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Para fazer uma interpelação à Mesa muito simples, Sr Presidente

O Sr. Presidente — Sr Deputado, voltamos ao mesmo! Qual é a dúvida sobre a decisão da Mesa? Qual é a orientação dos trabalhos que está em causa?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, peço apenas uma confirmação de que a declaração que o Sr. Ministro das Finanças e da Economia acaba de fazer é uma crítica objectiva ao seu antecessor, o Professor Sousa Franco.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — E não a nós!

O Sr Presidente — Sr Deputado Paulo Portas, isso não é uma interpelação à Mesa. De qualquer modo, se o Sr Ministro das Finanças e da Economia quiser usar da palavra para prestar qualquer esclarecimento, a Mesa dá-lhe essa possibilidade

O Sr. Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, quero só dizer que partilho a sua interpretação

Vozes do CDS-PP: — A de quem? A nossa?

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Rui Rio

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados. Há pouco mais de um ano, em 3 de Fevereiro de 1999, numa declaração política neste Hemisfério, dizímos o seguinte: «É evidente que há uma solução relativamente simples para repor a nossa taxa de inflação a níveis competitivos. Bastava baixar o preço da gasolina na proporção que o petróleo tem baixado para que a evolução da inflação passasse logo a ser outra. Só que essa solução é muito difícil de tomar por um Governo que precisa mais do aumento de impostos do que o diabo precisa de almas»

Srs Deputados, é por aqui que temos de começar a lamentável história da política energética socialista. Ao contrário do que possa parecer, o erro do Governo não consiste apenas no brutal aumento que agora levou a cabo. O erro do Governo começou quando, em 1997 e 1998, o preço de custo do petróleo na origem baixou mais de 50%, enquanto que em Portugal os socialistas apenas baixaram o preço da gasolina em 1,2%, obrigando os portugueses a um esforço desnecessário

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Quando, em 1996, logo após a chegada do PS ao poder, o petróleo começou a subir e a nossa gasolina acompanhava esses aumentos, os recém-chegados ao Governo diziam ardilosamente que os aumentos eram por culpa do PSD

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Extraordinário!

O Orador. — Por culpa do PSD, porque as regras então vigentes obrigavam a que os preços para o consumidor reflectissem quinzenalmente as variações do mercado

Mas, mal o petróleo deu indícios de começar a descer, os nossos fantásticos governantes, de imediato, alteraram as regras e acabaram com a liberalização dos preços, porque, se não o tivessem feito, a gasolina teria, obviamente, começado a descer. Mas essa descida teria para os socialistas dois graves defeitos: por um lado, teriam de dizer que a descida era por culpa do PSD e, por outro, não teriam o volume de impostos que os seus gastos a todos nos impõem.

E é aqui, Sr. Presidente, que o problema tem a sua verdadeira raiz. O que está em causa, com estes incomportáveis aumentos, é a necessidade de os socialistas terem de angariar impostos para pagarem o seu despesismo. Não nos cansaremos de repetir que este Governo, gastando como gasta, só tem um caminho aumentar os impostos que cobra aos portugueses.

O Governo tem tentado passar a ideia de que tem perdido dinheiro com a receita do imposto sobre os combustíveis. É bom que os portugueses saibam que a receita do imposto subiu anualmente mais de 40 milhões de contos desde que o PS chegou ao poder. Subiu, por exemplo, a uma taxa absurda em 1998, quando o Governo não baixou a gasolina como devia, e subiu, inclusive, em 1999, se não entrarmos em linha de conta com um patético subsídio atribuído à comercialização dos combustíveis.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador. — Um subsídio que ainda há um mês aqui foi negado e que hoje, apesar de muito bem encapotado, é uma triste evidência para todos nós, um subsídio público decretado por razões eleitorais para sustentar o PS nas eleições de Outubro Srs Deputados, uma vergonha!

Aplausos do PSD.

Mentiras ao Parlamento, políticas públicas subordinadas aos interesses partidários e o País a pagar! É assim que, em 1999, apesar dos socialistas não terem feito repercutir lentamente nos preços a subida do custo do petróleo, a receita fiscal ultrapassou em 8 milhões de contos a do ano anterior.

Por isso, é puro malabarismo dizer que se tem estado a perder não sei quantos milhões de contos por mês. Isso não é correcto! A verdade é que o Governo não tem recebido os montantes astronómicos de imposto que necessita para fazer face ao desmesurado aumento de despesa pública contido no malfadado Orçamento do Estado para este ano 2000.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Sr. Presidente, Srs Deputados Talvez mais cedo do que nós próprios prevíamos, aqui está, com toda a sua crueldade nua e crua, o resultado prático da política económica deste Governo.

Do eleitoralismo bacoco ao despesismo irresponsável, tudo os portugueses vão ter de pagar.

Com o aumento do preço dos combustíveis, agravamos ainda mais a nossa inflação que, ao contrário do que deveria ser, tem estado bem acima da média europeia. Com este novo agravamento, as nossas empresas perdem ainda mais competitividade, porque as nossas exportações ficarão mais caras e as importações

mais baratas. Agravaremos mais o já exagerado défice da nossa balança de pagamentos e, assim, endividaremos ainda mais o País.

Sr Presidente, Srs Deputados: Os Ministros encarregados de gerir a crise, avançam com algumas compensações ao nível das portagens e do imposto sobre o valor acrescentado

O Governo pode baixar o IVA e as portagens a alguns, mais propriamente aos que tiverem força suficiente para bater o pé e amedrontar esta fraca governação, mas os portugueses como um todo vão ter, obviamente, de pagar os impostos que o despesismo impõe.

Aplausos do PSD

Terão, aliás, de pagar os impostos e terão, a partir de hoje, de pagar também todas as cedências que o Governo fizer a quem tem mais poder reivindicativo. Com governos como este, quem sai prejudicado é sempre o mais fraco

Dizer-se que se aumentam as isenções de IVA e se baixam as portagens e ninguém tem de pagar é mais um puro malabarismo

O Sr. António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador — Malabarismo idêntico àquele que o Sr. Ministro Pina Moura utilizou há menos de um mês para trocar as voltas ao dono do café onde toma a bica da manhã. Depois de o ter enganado, dizendo que ele já não precisava de ter contabilidade organizada, lá teve publicamente de se desmentir e dar a mão à palmatória

Aplausos do PSD

Sr Ministro, o dono do café deve estar encantado com V. Ex^a — aliás, tão encantado como estará, nesta altura, a maioria dos portugueses, a quem o Governo insiste em explicar que a inflação não vai subir para efeitos de negociação salarial. Por mais aditivado que o Sr. Ministro das Finanças e da Economia esteja, jamais conseguirá explicar semelhante lógica a quem vai sofrer na pele os erros deste Governo

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs. Deputados: Tal como referimos em sede de debate orçamental, parecia-nos praticamente impossível que este Governo não tivesse de apresentar, ao longo do ano, uma ou mais rectificações ao Orçamento do Estado.

Afinal, mais cedo do que nós próprios esperávamos, uma primeira já aqui está uma alteração ao IVA, acompanhada de aumentos no ISP e de um corte na despesa. Tanto rigor tinha o Orçamento e, afinal, umas escassas três semanas após a sua aprovação, já está a levar o primeiro corte de 100 milhões de contos! Então, Sr. Ministro Pina Moura, é ou não possível fazer cortes na despesa?

Aliás, se o Governo tivesse bom senso, aquilo que lhe competia fazer, seria, desde já, propor a este Parlamento um Orçamento rectificativo de fundo. Um Orçamento rectificativo que tivesse os cortes suficientes na despesa pública que permitissem não só diminuir os absurdos aumentos dos combustíveis que o Governo está a fazer como, inclusive, evitar em definitivo qualquer necessidade de novo aumento durante a execução orçamental do presente ano.

É essa a única forma de arrepregar caminho e poupar aos portugueses o insensato esforço que lhes está a ser exigido.

do no preciso momento em que o petróleo começa a descer nos mercados internacionais

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — A este propósito, Sr. Ministro, permute-nos um conselho releia as actas do último debate orçamental e detenha-se um pouco mais nas diversas intervenções que os Deputados do PSD fizeram.

Mas este conselho tem de ser acompanhado de um outro. Sr. Ministro Pina Moura, ao reler essas actas, faça por não ler algumas intervenções que o possam confundir. Evite ler as declarações daqueles que deixaram passar um Orçamento em que a despesa pública subia 11% e, dessa forma, ultrapassava os 50% da produção anual do País. Evite ler isso para não ficar confundido, porque, curiosamente, há alguns Deputados que agora criticam o aumento do imposto sobre os combustíveis mas que, ainda há três semanas, aprovaram um Orçamento que, tal como está, necessita de 540 milhões de contos de receita desse imposto para pagar a exagerada despesa nele contida.

Aplausos do PSD

Como é possível criticar-se o aumento da gasolina depois de se ter aprovado o Orçamento para 2000 ?!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Atire-se à esquerda!

O Orador: — Com este Orçamento, é impossível não aumentar a gasolina!

Durante mais de uma hora, o PSD explicou nesta Câmara, na manhã do passado dia 9 de Março, que ou a gasolina aumentava ou o Orçamento não era exequível.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Defenderam o aumento da gasolina!

O Orador: — Nessa altura, o CDS-PP atacou o PSD e deu a mão ao Governo, por isso, não pode criticar estes aumentos, ..

Protestos do CDS-PP.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Era só o que faltava!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Que arrogância!

O Orador. — ... não pode criticar aumentos que decorrem directamente do documento que o CDS-PP ajudou a aprovar.

Aplausos do PSD

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados: Nunca o Governo devia ter alterado a política de liberalização dos preços que, sensatamente, o Ministro Mira Amaral implementou. Nunca o Governo devia ter deixado a despesa pública chegar aos níveis a que chegou. Nunca o Governo devia ter um só Ministro para duas pastas, principalmente na altura da presidência portuguesa. Nunca o Governo devia ter adiado as dificuldades e escondido a verdade aos portugueses.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador: — Nunca o Governo devia ter desprezado as críticas da União Europeia à sua política orçamental e à ausência de reformas estruturais

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador. — Nunca o Governo devia ter abraçado a política das desorçamentações, das locações financeiras e das portagens virtuais para tudo e mais alguma coisa, porque também essa lhe irá desabar, mais cedo do que pensa, em cima da cabeça. Nunca o Governo devia ter seguido uma política em que só contam as sondagens, as manchetes jornalísticas, o bem-estar imediato e o adiar de tudo o que possam ser dificuldades.

Não tendo o Governo feito o que lhe competia, resta-lhe arrepregar caminho o mais depressa possível, porque quanto mais tarde o fizer pior será. Quanto mais tarde o fizer, mais vezes o Sr. Ministro Jorge Coelho terá de fazer cedências que prejudicam sempre o mais fraco e mais vezes o Sr. Primeiro-Ministro terá de fugir para o estrangeiro.

Sr Presidente, da nossa parte, continuaremos a procurar fazer uma oposição exigente e uma fiscalização rigorosa, cumprindo o papel que os portugueses nos atribuíram nas últimas eleições. Estamos certos que quanto mais rigorosos formos mais Portugal ganhará.

Aplausos do PSD

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Para defender a consideração da bancada, Sr Presidente

O Sr Presidente — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Quando o Governo comete o maior erro político desde o início do seu mandato, a bancada do PSD ataca a direita em vez de se concentrar a atacar a esquerda.

Aplausos do CDS-PP

Depois, o Sr. Deputado Rui Rio — que, aliás, estimo, e ele sabe — pode ter conhecimentos económicos, mas os jurídicos convém melhorar, de modo que, no final do debate, entregue-lhe uma cópia de um manual de finanças públicas, de professores conceituados, onde poderá encontrar explicação para o que sucederia se o Orçamento não fosse aprovado. ficaria em vigor o Orçamento rectificativo anterior e o aumento dos preços da gasolina seria igual, estabelecido através de portaria; ou, então, ficaria em vigor o Orçamento do Estado do ano passado, viabilizado por VV. Ex.º, onde a taxa de imposto era 12\$ mais alta e o aumento que o Governo teria feito era de 190\$ e não de 178\$, sendo ainda pior.

Para terminar, quero ainda dizer que o Governo fez um erro monumental cuja base está não em sede orçamental, como V. Ex.º muito bem sabe, mas no Decreto-Lei n.º 124/94, de 18 de Maio — aliás, da vossa autoria e de continuação dos socialistas — que define uma fórmula

inconstitucional, injusta, irracional e claramente antisocial para a fixação do preço da gasolina!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Deputado Rui Rio

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, gostaria de dizer, em primeiro lugar, que a minha intervenção, como deve ter ouvido, não se dirigiu contra o Partido Popular

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Ah, pois não!

O Orador — A minha intervenção dirigiu-se contra o Governo, mas não podemos esquecer que VV Ex " têm uma responsabilidade repartida no Orçamento do Estado que foi aprovado.

Aplausos do PSD

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Quem defendeu o aumento da gasolina foram vocês!

O Orador — Aproveito para dizer que não defendemos qualquer aumento

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Está nas actas!

O Orador — O que dissemos, e repetimos, foi que o Orçamento do Estado para 2000, tal como está, sem alterações, sem rectificações, só era exequível com um aumento do preço da gasolina, e tanta razão tínhamos que hoje estamos a discutir esse aumento

Para além disto, a questão dos duodécimos não é uma questão jurídica mas económica

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Não, é jurídica!

O Orador — Gostaria que o CDS-PP explicasse como é que, tendo o Orçamento do Estado para 2000 um aumento de despesa de 11% e, por isso, necessitando de um aumento de receita de 11%, se houvesse um outro nível de despesa feito por duodécimos, era preciso mais receita. Tenho dificuldade em entender isto.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Ficava em vigor o orçamento anterior

O Orador. — Para terminar, Sr Deputado Paulo Portas, quando, em 9 de Março, discutimos o aumento ou não do preço da gasolina, nomeadamente a receita do imposto, o que o Sr. Deputado António Pires de Lima fez foi atacar o PSD!

Aplausos do PSD

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — O que o Sr. Deputado António Pires de Lima fez foi defender a redução do imposto!

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr " e Srs Deputados: «Desta vez safámo-nos » Este desabafo do Ministro da Presidência, no final do «buzinão» de segunda-feira passada, espelha bem o estado de espírito do Governo relativamente ao brutal aumento de preços dos combustíveis, que decretou no passado dia 30 de Março. Com este «grito de alma», o cada vez mais permanente substituto do Primeiro-Ministro mostrou que o Governo tem a consciência pesada da decisão que tomou. A consciência própria do elevadíssimo nível da sua irresponsabilidade levou o Governo a gritar, publicamente, que esperava, e temia, que a reacção imediata da generalidade dos portugueses fosse muito além do enorme «buzinão» que se fez ouvir nas principais cidades do País. Receava, quicá, o trambolhão imediato, pelo que se considerou muitíssimo feliz com o pré-anúncio de um eventual início de queda

Mas este brado de pulmão cheio, que fez lembrar o «berro de água» do Quincas de Jorge Amado que se ouviu por toda a Baía, mostrou igualmente uma outra grave e permanente irresponsabilidade da acção quotidiana do Governo, a de não se preocupar com o emendar de mão, com o corrigir dos erros que comete, mas interessar-se, acima de tudo, com o tentar «passar por entre a chuva sem se molhar»

O Governo tem, de facto, razões muitas para se inquietar. A decisão deste aumento abrupto dos preços dos combustíveis foi política, económica e socialmente irresponsável

Entre 1997 e meados de 1999, o Governo manteve praticamente inalterados os preços dos combustíveis, apesar da forte baixa dos preços internacionais das ramas de petróleo. Durante esse longo período, o Governo não teve qualquer consideração pelos consumidores, apenas se preocupou em arrecadar mais e mais receita orçamental, aumentando pesadamente o imposto sobre os produtos petrolíferos. Os 87\$ do ISP sobre a gasolina, cobrados no início de 1996, saltaram rapidamente para o nível dos 100\$, que se manteve até Março/Abril de 1999, ao mesmo tempo que a tributação global sobre o gásleo aumentou em 7\$. Então, o Governo nunca se decidiu pela baixa dos preços desses combustíveis, contrariando, aliás, o que sobre isso estava, e está, legislado. Era o cidadão, eram os portugueses os penalizados, pelo que para o Governo, naturalmente, estava tudo bem

Na sequência da reunião da OPEP de 30 de Abril do ano transacto, os preços do petróleo começaram a subir em flecha. Pela sua própria génese, foi público e notório para toda a gente, incluindo para o Governo, que se não tratava de um aumento ocasional de preços, antes se anunciou como uma tendência a prazo. Foi um aumento inequívoco e forte, de tal modo que, em Agosto, o ISP cobrado já se encontrava abaixo dos níveis nominais de 1996. Mas também aqui o Governo não mexeu nos preços dos combustíveis, agora, por razões exclusivamente eleitoralistas.

A ambição frustrada da maioria absoluta do PS nas eleições de Outubro sobrepôs-se à realidade económica. Mas nesta sua fuga para a frente, o Governo sentiu ainda a necessidade de prolongar a sua irresponsabilidade por mais uns meses após as eleições. Era preciso fazer a actualização anual do salário mínimo nacional, das pensões e reformas, dos salários dos trabalhadores da administração pública e dos escalões e deduções no IRS e ao Governo convinha que tudo isso fosse feito com base num logro, com base na previsão de uma taxa de inflação virtual.

Com todos estes «interesses prioritários» do Governo a marcarem o tempo e os tempos, com a irresponsabilidade de hoje a somar-se à de ontem, o Governo enredou-se nas malhas que ele próprio teceu, culminando a sua, tão lastimável quanto inaceitável, *performance* com o anúncio do brutal aumento dos preços dos combustíveis no preciso momento, ou melhor, na sequência da decisão da OPEP de garantir a redução dos preços do petróleo¹. A razão, dirão eles, é a questão das receitas orçamentais. Mas, também aqui, o desnorte e as incoerências do Governo são patentes.

Por um lado, porque é à custa do Orçamento que está a procurar apagar alguns focos de descontentamento, muito demarcados e personalizados. Por outro lado, porque os aumentos de preços decretados revertem na sua totalidade para as gasolinares, visando o pagamento da dívida que o PS, no Governo, com elas contraiu durante o segundo semestre de 1999 e o primeiro trimestre do ano corrente. A receita orçamental do ISP, essa, continua encostada ao mínimo legal¹.

Pela sua actuação nesta comédia trágica, o Ministro das Finanças e da Economia e o Primeiro-Ministro não ganharão qualquer globo de ouro ou *oscar*. Mas lesaram pesada e irresponsavelmente a economia e, principalmente, os consumidores e os trabalhadores portugueses.

Depois de atearem o fogo ao País com o maior aumento dos preços dos combustíveis jamais verificado em Portugal, o Ministro das Finanças e da Economia assessorado pelo Ministro da Presidência, ou vice-versa, mas, de qualquer modo, tão responsável um como outro e sempre com a ausência do Primeiro-Ministro, assumem agora o papel de «bombeiros pirómanos», procurando apagar ou fazer o rescaldo de alguns fogos localizados. Gostosamente, aliás, vão cedendo às pressões de alguns sectores com mais fácil acesso aos gabinetes ministeriais, com o pretexto de minorar os efeitos da pesada factura energética que passaram ao povo português, com o objectivo único de os calarem e de impedir que engrossem «buzinões», que avolumem o protesto e o repúdio legítimo e generalizado dos portugueses, assim procurando evitar terem que encarar, de frente e com seriedade, o fulcro do incêndio e tomarem as medidas necessárias para o apagar, para limitarem as suas consequências mais pesadas sobre os consumidores e os trabalhadores.

E isso passa, necessária e obrigatoriamente, pela preservação do nível de vida dos portugueses. Depois de tudo o que de mal fez neste processo, é impensável, é política e socialmente inaceitável, que o Governo não tome medidas em três planos essenciais, que o PCP já explicitou num projecto de resolução que o Grupo Parlamentar do PS não permitiu que hoje mesmo fosse votado. Aliás, os Deputados do PS também parecem sentir a consciência pesada por não terem a coragem política necessária para dizerem o que lhes vai na alma e para votarem o nosso projecto de resolução com o sentido de justiça que, admito, eventualmente muitos gostariam de expressar.

Aplausos do PCP.

Assim, o PCP considera absolutamente necessário e exigível que o salário mínimo, as pensões e reformas e os salários, designadamente os dos trabalhadores da administração pública, sejam actualizados e negociados, tendo por base a previsão da taxa de inflação real e não a virtual que

o Governo apresentou no Orçamento. Seria inadmissível que o Governo, por via de um logro saloio, pretendesse reduzir em termos reais os salários dos trabalhadores portugueses.

Por outro lado, o PCP estima como indispensável que o Governo tome todas as medidas necessárias para conter fortemente um novo aumento dos preços dos transportes públicos de passageiros, em especial dos passes sociais, por forma a evitar uma forte erosão nos orçamentos familiares em que essas despesas têm peso considerável.

Em terceiro lugar, exigimos do Governo um estreito acompanhamento e controlo das repercussões do aumento dos combustíveis nos preços de outros bens e serviços, por forma a impedir aproveitamentos oportunistas que se banqueteiem à custa do agravamento das condições de vida dos portugueses e a pretexto dos dislates políticos do Governo. Aliás, chamo desde já a atenção do Governo, em relação a esta terceira exigência que fazemos, para o que hoje vem anunciado em relação ao aumento do preço do gás de botija. É inadmissível que um preço que não é administrado, que é livre, tenha sofrido um aumento de 5%, no início do ano, e que, agora, as gasolinares queiram fazer um novo aumento de 8% a pretexto do que o Governo está a fazer com os combustíveis.

Aplausos do PCP

Este caderno é o mínimo que se pode reivindicar ao Governo, pela situação que a sua inépcia gerou, não para anular os efeitos da sua saga petrolífera mas para minorar fortemente a repercussão negativa desses efeitos sobre os trabalhadores e os consumidores portugueses.

Pela sua prática, é evidente que temos de admitir, pelo menos em tese, a hipótese de o Governo, do alto da sua arrogância alicerçada em 115 votos neste Parlamento, nada disto tomar em consideração.

Mas, Sr. Ministro da Presidência, Sr. Ministro das Finanças e da Economia, Srs. Deputados do Partido Socialista: se assim vier a ser, se acrescentarem mais um grave erro político neste processo, é bom que, pelo menos, tenham a consciência que não há «safa» que sempre dure, embora o Primeiro-Ministro procure «safar-se» quase sempre

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente — Antes de dar a palavra ao Sr. Ministro da Presidência, para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Octávio Teixeira, informo que já chegaram os seguintes grupos de alunos, aliás já anunciamos: 50 alunos da Escola Secundária Dr. Serafim Leite, de S. João da Madeira, 31 alunos da Escola Secundária D. Dinis, de Coimbra, e 44 alunos da Escola Secundária D. Sancho I, de Vila Nova de Famalicão, que merecem um aplauso muito sincero da nossa parte.

Aplausos gerais, de pé.

Tem, então, a palavra o Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social, para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Octávio Teixeira, não é bem para pedir esclarecimentos

que uso da palavra, mas, sim, para prestar um esclarecimento a esta Câmara, concretamente aos Srs Deputados Octávio Teixeira, Francisco Louçã e também ao Sr Deputado Durão Barroso, que, ontem, teve a amabilidade de, numa conferência de imprensa, referir aquilo que vou agora dizer.

O Sr Deputado Octávio Teixeira iniciou a sua intervenção e fez um desenvolvimento lógico da mesma baseado numa frase que eu teria dito ao Primeiro-Ministro, segundo é referido pelo jornal *Público* de ontem. Mas terão oportunidade de ler, nesse mesmo jornal, um desmentido que enviei. E fui por uma razão: é que o artigo do jornal refere que eu eventualmente teria dito, por telefone, ao Sr Primeiro-Ministro, quando se encontrava no Cairo, a frase que o Sr. Deputado referiu.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Se não disse, pensou!

Vozes do PSD — Não se safaram!

O Orador — Embora esta terminologia do «safar» já esteja em voga na terminologia política — lembro-me que o Prof Cavaco Silva disse, a determinado momento, «safal», hoje, também já tivemos oportunidade de ouvir vários Srs Deputados manifestarem que gostam dessa expressão (aliás, o Sr Deputado Durão Barroso, em conferência de imprensa, não arranjou mesmo nada para dizer se não fazer um comentário a esta minha frase, o que me deixa alegre) —, gostaria de dizer, com pena para os meus caros amigos — permitam que lhes diga isso —, que não eu disse essa frase, como vão ter oportunidade de ler no jornal. Portanto, terão de equacionar novos raciocínios políticos e não pegar nesse. É que a ideia que tenho é a de que quem não se «safou» foram os meus caros amigos!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — O Sr Ministro, de facto, não pediu esclarecimentos, mas não posso deixar de dar a palavra ao Sr Deputado Octávio Teixeira para fazer um não esclarecimento, se assim o entender.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente, Sr Ministro, por acaso, como certamente toda a gente, li essa frase no órgão de comunicação social que V. Ex.^a referiu, mas, também por mero acaso, na noite anterior, tinha ouvido, num canal de televisão, uma jornalista dizer precisamente o mesmo.

Mas não vou pôr em causa a sua palavra!

O Sr Ministro da Presidência e do Equipamento Social — Também ouvi, mas eu não disse isso!

O Orador: — Permita-me que lhe diga o seguinte. se V. Ex.^a não disse o que lhe é atribuído, pode ter a certeza que é perfeitamente admissível que o tivesse dito! E toda a gente, neste País, está absolutamente certa e segura de que V. Ex.^a disse aquilo que lhe foi atribuído. Desta é que V. Ex.^a não se safou! Esta já está garantida!

Vozes do PCP. — Muito bem!

O Orador. — Mas, já agora, Sr. Ministro, independentemente de ter feito ou não aquela afirmação, o comporta-

mento que o Governo tem assumido nesta questão pode, de facto, levar à conclusão de que se não o disse, pelo menos, sentiu-o e pensou-o

Aplausos do PCP.

O Sr Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Penedos.

O Sr José Penedos (PS) — Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Sr. e Srs Deputados. Os portugueses têm razão, sempre o dissemos. E porque não dizê-lo hoje, sobre o aumento dos combustíveis? Talvez não seja despropósito lembrar o princípio do debate sobre a política energética, que aqui teve lugar, em Janeiro passado, a propósito da saída da Petrocontrol da Petrogal e da venda da sua participação na Galp à italiana Eni. Do que então falámos foi do papel crescente do mercado europeu na electricidade e no gás e das dificuldades de o nosso país, sem combustíveis fósseis e periférico, em posição geográfica e dimensão económica, face aos mercados de matérias primas energéticas, desenhar uma estratégia, isolado dos seus parceiros comerciais. Defendemos que uma autonomia mínima deveria passar por manter, em mãos e território nacionais, os centros de decisão estratégica.

Aparentemente, todos convergem na conclusão, mas o caminho para atingirmos esse mínimo de autonomia não é consensual.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Pelos vistos, também já não defendem

O Orador — Eu percebo, o Sr Deputado está no meu pensamento quando eu digo que esse mínimo de autonomia não é consensual. Há quem queira continuar a ver no Estado proprietário e interveniente a saída para todas as dificuldades. Também há quem perfilhe o Estado-mínimo mas goste de lembrar a ausência ou a falência da acção do Estado quando convém.

Nós somos pelo Estado aberto à realidade e ao desafio que temos, que é o de nos inserirmos, como economia em integração e em competição, no espaço da União Europeia, e contribuirmos para a concorrência deste espaço com os restantes espaços económicos de referência na economia global. É um Estado que assume, em consequência, a distância em relação à propriedade de sectores ou empresas onde a noção de serviço público e utilidade geral podem ser mais eficazmente prosseguidos em parceria com a iniciativa privada ou mesmo com a propriedade privada, subordinada a tutela de regulação por entidades independentes.

Esta não é uma retórica reformadora. Esta é a via de modernização da economia, com o benefício repartido transversalmente, pela sociedade, desde os que empreendem e produzem até aos que consomem. E não se invoque o interesse dos consumidores para atrasar as reformas porque a experiência demonstra que os consumidores ganham com mais transparéncia no funcionamento dos mercados e com o alargamento da concorrência, regulada, a sectores de tradição monopolista. Regulação e missões de serviço público convivem bem, se a estrutura regulamentar favorecer a independência e souber endogenizar a contestabilidade do mercado.

Aconteceu assim na electricidade, aconteceu assim nas telecomunicações, só para falarmos de dois sectores que

eram monopólios do Estado, até 1995, quando o Partido Socialista assumiu responsabilidades governativas. Os cidadãos e as empresas ganharam, em sucessivas baixas tarifárias, com o aumento da concorrência e a intervenção das autoridades de regulação.

Porque não aconteceu nos combustíveis? Por haver algum bloqueamento especial à liberalização? Recordemos a sensível situação em que se encontrava a Petrogal em 1995 e o sistema de preços administrados, de flutuação em banda, por via do ISP, fixado em 1994. Não esqueçamos que se completava um quadriénio (1990/1994) em que o preço do crude tinha disparado para os 33 dólares o barril, com a invasão do Kuwait pelo Iraque, voltando a cair para o patamar dos 15 aos 20 dólares no início da operação «Tormenta do Deserto» ou Guerra do Golfo.

A tímida liberalização de preços, então encetada, esbarrou com a impreparação do principal operador nacional, que era a Petrogal, às voltas com a perda do seu parceiro estratégico – a Total – e com uma situação desfavorável, no plano internacional. Internamente, os operadores existentes na distribuição de combustíveis cartelizaram-se efectivamente, encostando os preços, sistematicamente, ao máximo legalmente permitido.

A manutenção do sistema de preços, pelo XIII Governo, teve sobretudo em consideração a necessidade do controlo da inflação. Como situação limite, registou-se a celebração do protocolo com as gasolinaeiras, em meados de 1999, para garantia da estabilidade de preços em maré de alta sustentada do crude nos mercados internacionais.

A trajectória de baixa da inflação registada na nossa economia ganhou sustentação, resistindo agora melhor a um impulso de alta potencial que tenderá a ser absorvido nos limites previstos.

Os partidos da oposição chamam a isto eleitoralismo. Embora pareça, não têm razão.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Lá parecer, parece!

O Orador. — Se o fosse estritamente, o aumento de preços dos combustíveis teria ocorrido logo após as eleições.

É necessário situar a política de preços seguida durante o mandato do XIII Governo no último trimestre de 1995, os preços internacionais estavam na banda dos 15 aos 18 dólares o barril, o Inverno de 1996 foi especialmente rigoroso, provocando, num quadro internacional dominado pela crise asiática, uma subida de preços até aos 23 dólares no último trimestre desse ano, e regressando, ao longo de 1997, ao patamar de 15 dólares. A decisão de aumentar a produção da OPEP para os 27,5 milhões de barris diários, no princípio de 1998, levou os preços a cair, até ao fim desse ano, para o nível dos 10 dólares o barril, a decisão de reduzir a produção da OPEP em 5,2 milhões de barris diários, tomada no fim de Março de 1999, contribuiu para uma alta sustentada dos preços, ao longo de todo o ano de 1999, até atingir os 32 dólares o barril.

Neste período de quatro anos, o dólar valorizou-se em relação ao escudo em cerca de 25%, e o petróleo, entre o início e o fim do mandato, duplicou o seu preço em dólares.

Este é o quadro em que decorre a política de estabilidade, e o mínimo que pode dizer-se é que o XIII Governo levou tão longe quanto podia essa opção, sem que tal se possa associar à ocorrência de eleições legislativas em 1999.

É a estabilidade um valor em si? Porque ambicionamos uma garantia de estabilidade por parte da OPEP? Todos falam de estabilidade. Qual é o mal de haver estabilidade? A estabilidade foi importante, como factor de convergência, na fase que atravessou a economia nacional, ao longo dos anos de 1996 a 1998, como anos decisivos para integrar a União Económica e Monetária e entrar no euro, em 1999, foi-o, também, como factor de confiança num período de incerteza. Atingida esta meta, a realidade dos limites em que vive o País, no quadro da União Europeia, e muito particularmente da sua vizinhança física e económica com Espanha, impõe-se-nos. Portugal tem uma margem de manobra limitada, para não dizer simplesmente aparente, no que toca a combustíveis.

A margem de manobra da política energética ainda pode ser acrescida pela diversificação da oferta, e isso implica uma aposta continuada nas energias renováveis, além de uma extensão tão profunda quanto possível da rede de gás natural, pela racionalização do uso da energia final, e isso implica escolhas apoiadas por sinais tarifários de incentivo à autoprodução e diferenciação horária de preços, com o favorecimento claro de modalidades de transporte não rodoviário, pelo uso do quadro da directiva comunitária do mercado interno para as trocas entre os países membros, no limite da economia própria do sector eléctrico, favorecendo o acesso dos clientes a novos contratos, ajustados às suas actividades produtivas.

Que margem de manobra quanto aos combustíveis? Os preços dos combustíveis estão já liberalizados na generalidade dos países membros da União Europeia, embora persista uma certa dispersão de taxas de incidência fiscal, por razões próprias que têm justificado (ou dificultado?) a harmonização fiscal. Para além de defendermos a prossecução desta harmonização, Portugal tem de encontrar, com oportunidade, o seu caminho para a liberalização controlada dos preços administrados. E ao adjectivar a liberalização, queremos significar que ela não pode provocar nenhum choque de preços. Pró isso, a vizinha Espanha funciona, pela sua proximidade física e de mercado, como uma espécie de salvaguarda, se prosseguirmos uma liberalização que torne suficientemente idênticas as estruturas de preços do ponto de vista fiscal. Com isso ganharemos a neutralidade suficiente que tornará mais transparente o mercado e gerará efectiva concorrência entre operadores com benefício para os consumidores.

Se estamos preocupados com os preços em Espanha, em domínios tão importantes para a formação dos preços dos produtos na nossa economia, é porque o primeiro desafio regional de integração que a economia portuguesa tem de vencer é exactamente o da Península Ibérica. E não o vencerá, isolando-se! Não o vencerá, cedendo a artifícios de curta duração ou a pressões omnicompensatórias, que podem constituir incentivo a comportamentos dos agentes económicos, ou até do cidadão consumidor, lesivos da economia nacional.

Quem não está de acordo com isto? Ou o que se opõe a este caminho? O populismo e o imobilismo! Os que só defendem as reformas, aplaudidas por todos, são os populistas!

A Srª Natalina Moura (PS) — Ora bem!

O Orador. — Os que não querem reformas nenhuma são os imobilistas!

Nós fizemos o caminho que faltava para a reforma, por exceléncia, que foi a entrada no euro. Para isso, a política de estabilidade dos preços dos combustíveis foi instrumentalmente adequada.

O Partido Socialista apoia o passo seguinte da oportunidade flexibilização e liberalização controlada de preços. Os portugueses e a economia sairão a ganhar.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado Jorge Neto

O Sr Jorge Neto (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado José Penedos, antes de mais, gostaria apenas de reprimir uma observação curiosa aqui feita quanto a uma eventual ou putativa intervenção do Sr Ministro da Presidência, relativamente à questão do «buzinão» a de que não teria feito a célebre afirmação «desta, já nos saímos!»

Gostaria de dizer-lhe que essa é uma afirmação que consta dos anais da literatura. Na obra de Albert Camus, *O Estrangeiro*, há uma personagem — a personagem central dessa obra —, que é um advogado em fase decadente, que aconselhava os seus clientes desta forma sibilina não interessava tanto discutir o mérito da questão, não era mister encontrar os fundamentos para a defesa da causa, o que importava, isso sim, era «safarmo-nos do julgamento» — a expressão é «safarmo-nos do julgamento». Penso que, nesta sede, também o Sr Ministro da Presidência, na esteira do que defendia esse advogado decadente de *O Estrangeiro*, de Albert Camus, também não está interessado com a resolução do problema de fundo, não está preocupado com os contribuintes, não está preocupado com os portugueses, está, ou antes, estava preocupado, isso sim, com a resolução episódica, casual, da situação do «buzinão», c. ai, pelos vistos, os «ventos da fortuna» terão soprado a seu favor. Esta, uma primeira nota que eu queria deixar.

Quanto à questão de fundo, não hesitarei em citar um outro autor, célebre, que muitas vezes é vergastado, flagelado, pela virulência das suas afirmações, que é Niccoló Maquiavel, e que na sua obra-prima, *O Príncipe*, sustenta, a dado passo, isto que o governante, na senda da manutenção do poder, deve aplicar a crueldade de uma só vez, e não, digamos, às prestações. Penso que o Governo, nesta matéria, aprendeu com a lição de Maquiavel.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E bem!

O Orador — Efectivamente, em matéria de combustíveis, em vez de preparar os portugueses para um aumento sustentado, ao longo do tempo, a medida que o preço do crude o determinava, seguindo as pisadas de Maquiavel, de supetão, de chofre, de surpresa, aplicou, com toda a crueldade, como já aqui foi dito, um aumento brutal, incomportável e absolutamente surpreendente para os agentes económicos, com consequências nefandas, que aliás, o tempo vindouro se encarregará de demonstrar.

Mas se o Governo aprendeu com o Maquiavel neste domínio, teria sido avisado se, efectivamente, tivesse também colhido outros ensinamentos, difundidos por este politólogo do século XVI, nomeadamente que é importante apreender a verdade efectiva das coisas. E, sejamos claros

e racionais, a verdade efectiva das coisas, nesta matéria, tem a ver com uma questão comezinha é que o Governo, na verdade, por razões meramente eleitoralistas, não quis actualizar o preço dos combustíveis quando o devia ter feito, ao longo do ano de 1999, e teve de o fazer, desta forma desabrida e surpreendente, posteriormente à aprovação do Orçamento. Não há nenhuma explicação lógica para isto que não passe pela *décalage* de algum tempo, após o acto eleitoral, para que, efectivamente, depois do Orçamento aprovado, o aumento fosse aplicado.

Qualquer outra explicação que seja dada sobre essa matéria é uma pura falácia.

O Sr Presidente — Sr Deputado, terminou o seu tempo

O Orador — Sr Presidente, vou mesmo terminar, pedindo um esclarecimento ao Sr Deputado José Penedos

Vozes do PS — Ah!

O Orador — O Sr Ministro defendeu que a liberalização dos combustíveis ocorreria, desde que houvesse uma descida sustentada dos preços do crude. Ora, o Sr Deputado veio aqui defender uma outra versão, que seria a de que a descida dos preços dos combustíveis teria de ser balizada, orientada, de acordo com o modelo espanhol, com o modelo da Península Ibérica.

O Sr Presidente — Sr Deputado, tem de terminar.

O Orador — Sr Presidente, terminando, gostava que o Sr Deputado José Penedos me esclarecesse se, efectivamente, está em divergência acentuada com o Sr Ministro nesta matéria.

O Sr Presidente — Sr Deputado José Penedos, tem a palavra para responder.

O Sr José Penedos (PS) — Sr Deputado Jorge Neto, julgo que para fazer uma pergunta tão simples não precisava de citar o Camus e o Maquavel!

Risos e aplausos do PS

Mas bem-vindo ao debate da política energética, com uma tão larga citação, tão profunda expressão de diversidade cultural, que refere na sua pergunta, porque a formação plural não é uma restrição ao desempenho das funções de «ministro-sombra» para a área da energia.

Risos do PS

Portanto, gostava de o saudar, neste princípio de intervenção, julgo que como «ministro-sombra».

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Que condescende!

O Orador — saudar a sua chegada ao debate, pela forma como chegou, e dizer-lhe que o que eu defendi nesta Câmara é o que tenho vindo a defender sobre liberalização de preços de combustíveis.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Contra a opinião do Governo?

O Orador: — Não! Eu não tenho nenhuma vocação para esse tipo de política rasteira. Eu faço intervenção política com base nos meus pressupostos de formação técnica, profissional, e política também, e tenho feito disso uma linha de comportamento na minha vida!

O Governo fez uma defesa da liberalização controlada dos combustíveis, mas esta defesa é aquela que eu tenho vindo a fazer, o Governo não «colou» — como diz hoje um jornal — ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista. O que está claro é que nós entendemos que a política de estabilidade de preços atingiu o seu limite, não é possível manter indefinidamente uma política de estabilidade, em termos isolados, como é lógico numa economia periférica e dependente como a nossa, e, aí, há que escolher o momento da liberalização — é um momento de estratégia descendente de preços, de modo a que todos, agentes económicos e cidadãos, percebamos para onde vamos.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Só o povo português é que não percebe essa estratégia!

O Orador: — Mas há uma coisa que tem de ser clara nessa liberalização. É que, se precisamos de ganhar algum combate imediato em termos económicos, esse combate é o da integração da economia portuguesa com a economia espanhola, porque aí há um problema de distância e de concorrência directa, sendo os operadores de transporte os primeiros a reconhecer isto. Contudo, os outros operadores que produzem bens e serviços que estão em concorrência na Península Ibérica e que têm uma forte carga energética percebem igualmente o que acabo de dizer. Isto é, devemos caminhar para um regime de indiferença fiscal em relação ao que se passa em Espanha. Não devemos copiar fórmula alguma, mas caminhar para um regime de indiferença fiscal em relação ao que se passa em Espanha, como primeiro nível de defesa da nossa economia.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rio

O Sr. Rui Rio (PSD): — Sr Presidente, em 1994, quando o PSD era governo, o então Ministro da Indústria e Energia, o Sr. Engº Mira Amaral, fez sair a portaria n.º 326-B/94, de 27 de Maio, que institucionalizou a liberalização dos preços. De acordo com esta portaria, de 15 em 15 dias havia um ajustamento de preços.

Posteriormente, o governo do PS publicou a Portaria n.º 224-A/96, revogando a do Ministro Mira Amaral, a acabar com a liberalização. Como o Sr. Deputado José Penedos acabou de defender o caminho para a liberalização, pergunto-lhe se o antigo Secretário de Estado da Indústria e Energia José Rodrigues Pereira Penedos, que alterou a portaria do Engº Mira Amaral e acabou com a liberalização, é o mesmo Deputado que agora acabou de falar.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — A menos que queira exibir o seu bilhete de identidade, tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado José Penedos.

Risos.

O Sr. José Penedos (PS): — Sr Presidente, penso que a pergunta do Sr. Deputado Rui Rio faz todo o sentido, já que sou, de facto, a mesma pessoa que, nessa altura, tinha a responsabilidade delegada de fazer a fixação dos preços. Há, no entanto, uma coisa que tenho de dizer ao Sr. Deputado: a portaria de 1996 não acabou com a liberalização, porque a liberalização não existia, *tout-court*. Existia uma fórmula de evolução de preços, que no essencial não está alterada, e que consistia em ter preços máximos fixados administrativamente para alguns produtos.

O que disse na minha intervenção, altura em que o Sr. Deputado Rui Rio deve ter estado distraído, é que houve uma «cartelização» dos operadores no mercado, encostando os preços, sistematicamente, aos limites máximos permitidos pelo despacho administrativo. Temos, portanto, de caminhar para que não haja esse despacho administrativo de fixação de preços.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Porta-Voz do Governo, ou, na versão corrente, Sr. Sub-Primeiro-Ministro, que substitui o Primeiro-Ministro nas suas ausências e nas suas presenças (e que, neste momento, não se encontra presente na Sala), Sr. Ministro das Finanças, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados Começaria por lamentar não poder explicar ao meu amigo e colega Manuel Alegre — que não se encontra presente — que é um direito constitucional ir buscar notas lá dentro ao meu gabinete, mas que, obviamente, mantendo a atenção por este debate até ao fim, o que com ele, aliás, já não acontece.

Referir-me-ei, essencialmente, ao Governo e à sua errada política, porque não pretendo perder demasiado tempo com comentários de outras bancadas que se distanciem do essencial. Ora, o essencial é que este Governo fez um erro, deve pagar por ele, e é exactamente para não pagar por ele que o Primeiro-Ministro aqui não está.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Gostaria de retirar as minhas conclusões do debate que aqui foi feito, para, em primeiro lugar, dizer que ficou claro que, ao contrário do que sustenta o Governo, o caso português é diferente.

Neste momento, deu entrada na Sala o Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social

Bem vindo Sr. Sub-Primeiro-Ministro, que substitui o Primeiro-Ministro nas suas ausências reiteradas! Felizmente, V. Ex.ª está presente! Não o criticarei por causa de uma breve ausência!

Dizia eu que ficou claro não ser verdade que Portugal tenha aumentado o preço da gasolina e do gasóleo como a Espanha já tinha feito por sete vezes no último ano. Ficou provado que a Espanha tem uma gasolina 18\$ mais barata do que a nossa e, ponto não irrelevante, que, nas contas do Governo, quanto ao gasóleo, curiosamente, não entram as formas de subsídiação indirecta das regiões autónomas espanholas.

Em segundo lugar, ficou claro que o Governo não fez qualquer favor aos contribuintes ao não aumentar, no último ano, o preço dos combustíveis conforme os mercados internacionais, porque, ao invés do que o Governo sustenta, esta história não começa em Março de 1999, mas começa, pelo menos, em 1997. Durante dois anos, o Governo manteve a gasolina mais cara da Europa, quando o preço do petróleo era baixo, o que quer dizer que o Governo cobrou receita profundamente injusta, enquanto aqui ao lado, em Espanha, o preço era 30\$ mais barato. Ou seja, um Governo conservador e rigoroso devolvia ao contribuinte aquilo que ganhava com o facto de o petróleo ser barato!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Em terceiro lugar, fica também claro, sobretudo depois da intervenção acabada de ser proferida pela bancada do Partido Socialista, que na génese do erro está uma opção política. É que este Governo teve toda a oportunidade para liberalizar o mercado quando o petróleo esteve barato, de modo a poder, como diz a Terceira Via, acondicionar os ajustamentos, acomodar os ajustamentos. É, aliás, extraordinário que VV Ex.º chamem ajustamentos de preços a aumentos de 15\$ e de 17\$ de uma vez só. Mas, enfim, essa é uma questão semântica, e também aí a Terceira Via tem a sua especialidade. A verdade é que VV Ex.º tiveram na mão a oportunidade de liberalizar o mercado e não o fizeram, em troca de um regime de fixação dirigista e administrativa dos preços, em que o preço máximo é, como aqui foi dito, um preço comum, em que não há verdadeira concorrência, do ponto de vista do interesse do consumidor, ou seja, com baixa dos preços, e em que, efectivamente, o factor principal da fixação do preço é o Governo e não o mercado.

Em quarto lugar, ficou também claro que o Ministro das Finanças e da Economia, o Dr. Joaquim Pina Moura, foi nitidamente crítico com o ex-Ministro das Finanças, o Prof. Sousa Franco. Ou seja, ele acusou-vos de eleitoralismo, o senhor criticou-o por falta de solidariedade. Foi isto que aqui ouvi.

Em quinto lugar, espero que, ao menos, o Sr. Primeiro-Ministro tenha aproveitado a sua longa reunião com colegas..., não sei como dizer, estrangeiros, ou cidadãos, eminentes socialistas, nascidos, eventualmente, em território não protegido pela Constituição Portuguesa como território nacional. Espero que o Sr. Primeiro-Ministro tenha aproveitado a reunião (que, segundo o programa, já terminou, pelo que podia ter passado por aqui a caminho do seu gabinete) para explicar aos seus colegas europeus esta coisa assombrosa de Portugal andar sistematicamente a contra-ciclo, do ponto de vista da política de combustíveis, em relação à União Europeia. Ou seja, entre 1997 e 1999, o petróleo estava barato, o preço europeu desceu e VV Ex.º mantiveram a gasolina mais cara da Europa. Em Março de 1999, o petróleo começa a subir, o preço europeu começa a aumentar e VV Ex.º, por razões obviamente eleitorais, não fazem os aumentos, nem gradual nem faseadamente, aguardando pela passagem do momento eleitoral. Em 30 de Março deste ano, a OPEP aumenta a produção, o preço europeu começa a baixar e o Governo socialista faz o mais brutal aumento de que há memória em Portugal. Andamos sistematicamente a contra-ciclo da União Europeia, e isto talvez o Sr. Primeiro-Ministro tenha conseguido explicar em francês ou em inglês aos seus colegas franceses ou ingle-

ses, que fazem coisas muito diferentes, mas ainda não conseguiram explicar em português aos portugueses, que não percebem por que é que a gasolina e o gasóleo aumentaram precisamente no dia em que a Organização dos Países Produtores de Petróleo decidiu aumentar a produção e, portanto, baixar o preço.

Aplausos do CDS-PP

Depois, este erro é um erro social que talvez clarifique o que é a verdadeira Terceira Via, mas que é sintomático, vindo de um Governo socialista. Isto porque VV Ex.º podem ter um preço igual em Portugal ou na Alemanha, mas não têm certamente em Portugal ou na Alemanha o mesmo salário ou a mesma pensão.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Por isso, quando aumentam os combustíveis, têm de ter a noção do preço que fazem pagar às camadas sociais em Portugal e, de acordo com um estudo de há três dias, se avaliarmos os preços dos combustíveis por paridades de poder de compra, a conclusão é muito simples: é sete vezes mais caro a um português comprar um litro de gasolina do que a um alemão, é cinco vezes mais caro a um português comprar um litro de gasolina do que a um francês, é três vezes mais caro a um português comprar um litro de gasolina do que a um belga e é quase duas vezes mais caro a um português comprar um litro de gasolina do que a um espanhol! VV Ex.º podem falar em paridade de preços, mas falem, então, também, em paridade de salários e em paridade de pensões para saberem o custo social das medidas que tomam!

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Francisco Torres (PS). — Isso é pura demagogia!

O Orador — Por outro lado, ficou também aqui patente que o Governo toma medidas com base – e essa questão não é nova, já que começou com outros e prossegue convosco – num procedimento inconstitucional. O Sr. Ministro das Finanças veio aqui dizer «Bem, se puder liberalizar, resolvo o problema da constitucionalidade na fonte!». Sr. Ministro, não se cumpre a Constituição, se...! Não se cumpre a Constituição, quando...! A Constituição, cumpre-se ou não! O artigo 103º da Constituição manda fixar por lei as taxas dos impostos, e V. Ex.º, em termos práticos, fixa, por portaria, e sem vir à Assembleia da República, as taxas dos impostos! Isto é inconstitucional! O Provedor de Justiça diz que este é um procedimento inconstitucional, porque as taxas de impostos variam quase 100% – de 58\$ para 104\$. Portanto, estas variações são fixadas pelo Governo, sem escrutínio parlamentar.

O Sr. Presidente — Esgotou o seu tempo, Sr. Deputado. Agradeço-lhe que termine.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Verifiquei aqui, com todo o respeito, várias posições sobre este problema. Há quem queira abrir imediatamente um processo de aumentos salariais, esquecendo-se de dizer que novos aumentos significam mais inflação e que o que se promete em Abril é imediatamente perdido em Maio,

porque a inflação aumenta. É, contudo, uma posição legítima e veremos se o Governo cumpre os critérios inflacionistas que apresenta.

Depois, há quem esteja obcecado em fazer o chamado orçamento permanente. Não queriam um orçamento, agora querem um orçamento rectificativo e, depois, querem um orçamento rectificativo do rectificativo! É evidente que não contribuímos para esse preço, o da incerteza jurídica e económica, que seria inevitável se estivéssemos em permanente discussão orçamental.

O Sr Presidente — Tem de terminar, Sr Deputado

O Orador — Termine já, Sr Presidente

O Sr Presidente — O já é já, não é logo, Sr Deputado!

O Orador: — Termine, dizendo que, depois, há a nossa posição que é muito simples. Sr Ministro das Finanças, para manter o poder de compra das famílias e controlar a inflação, faça o favor de baixar o preço da gasolina e do gasóleo, gradual e faseadamente, como está a baixar o preço do petróleo nos mercados internacionais.

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social — Peço desculpa, Sr Presidente, mas o Sr Ministro das Finanças inscreveu-se para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Paulo Portas.

O Sr Presidente — O que se passa, Sr Ministro, é que o Sr Deputado Paulo Portas não dispõe de tempo para responder, enquanto que o Governo também não dispõe de tempo para formular esclarecimentos. Contudo, como haverá uma intervenção final do Governo e uma intervenção final do CDS-PP, poderão dirimir as vossas querelas nesse momento.

O Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social — Sr Presidente, peço desculpa, mas o PS informa-me de que concederá 1 minuto ao CDS-PP e 1 minuto ao Governo.

O Sr. Presidente — Nesse caso, para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Paulo Portas, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças.

O Sr Ministro das Finanças e da Economia — Sr Deputado Paulo Portas, V Ex^a não desconhece, por certo, que as bandas de flutuação do ISP são fixadas na lei orçamental pela Assembleia da República. Não é, portanto, o Governo que usurpa um poder à Assembleia da República, já que é a Assembleia da República que fixa essas bandas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Mas é inconstitucional!

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Ministro das Finanças, aquilo a que se refere chama-se, tecnicamente, em direito, fraude à lei. A Constituição diz que as taxas dos impostos têm de ser fixadas por lei. No entanto, o que sucede com o imposto sobre produtos petrolíferos é que VV Ex^a, como já os vossos antecessores, trazem a esta Câmara bandas largíssimas em que o imposto tanto pode ser de 50\$ como de 100\$ num litro de gasolina, e depois, V Ex^a, de 15 em 15 dias, por portaria, faz do imposto e do factor de correção o que quer, não havendo certeza jurídica nem escrutínio democrático.

Lembro a V Ex^a que os parlamentos modernos nasceram para que não pudessem ser lançados impostos sem consentimento popular.

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Srs Deputados Qualquer debate que travemos na Assembleia (e muito mais este, pela sensibilidade do tema em questão) não deve ser permido por qualquer facilidade de argumento.

Por isso, creio que vale a pena dizer — outros já o disseram e certamente todos temos de o pensar — que, em grande parte, Portugal depende energeticamente dos seus consumos. O grande problema da política energética e também da política de fixação dos preços sobre recursos escassos como estes e da diversificação das fontes e da melhor utilização dos recursos. É realmente um debate de política energética que se impõe aqui e é dele que pode decorrer um conjunto de soluções e de alternativas que pesem ao longo ano 2000 ou ao longo do ano da Legislatura.

Posto isto, é certo, também, que estamos confrontados com um aumento extraordinário, que o Governo deliberou na primeira oportunidade que teve, depois de fechar o debate orçamental e de concluir o debate relativo à actualização salarial da função pública e das reformas e pensões, e, deste ponto de vista, não me parece que seja exacta a interpretação aqui trazida pelo Deputado José Penedos em nome da bancada da maioria. Disse ele que o preço do petróleo duplicou ao longo dos anos anteriores e que a estabilidade foi necessária e indispensável para a entrada no euro, disse ainda (na pág. 3 da sua intervenção, que, entretanto, tive o cuidado de ler com atenção) que o Governo interveio para evitar pressões inflacionistas.

Sr Deputado, quando se fala de estabilidade neste debate, estamos a falar, seguramente, de duas coisas — e estes conceitos são contraditórios, são, pelo menos, diversos. O povo entenderá que estabilidade se refere à fixação dos preços a um nível justo, justificado pelos preços internacionais e por uma determinada política de incidência tributária, enquanto que o senhor, quando fala de estabilidade, se refere à maximização das receitas tributárias para o Governo, para melhorar o acesso ao euro durante este período, porque só a esta luz é que houve estabilidade na política do Governo.

Senão, repare de Dezembro de 1997 até Março de 1999, o petróleo esteve sempre abaixo dos 15 dólares/barril, tendo chegado mesmo, em Dezembro de 1998, a 9 dólares/barril. Durante todo este período, a estabilidade quis dizer

aumentar o máximo a receita fiscal do Governo ora, quando, a partir de Abril de 1999, o preço sobe e chega ao máximo em Fevereiro, ultrapassando os 30 dólares, então, sim, houve uma pressão inflacionária a que o Governo respondeu. Mas é deste ponto de vista que, creio, o Sr Deputado e o Governo, em particular, lançam a confusão neste debate, porque uma coisa é a responsabilidade política pela qual se pede que se preste contas, outra coisa é a liberalização, que é não ter fronteiras, nem para a subida, nem para a descida, em relação à colagem dos preços à evolução internacional, como se não tivesse de haver uma responsabilidade fiscal, e outra coisa ainda é «amarra» aos preços de Espanha. Mas nenhuma destas três coisas é idêntica.

Creio que o Sr Deputado não resistiu à tática de um «polítólogo» do Século XX que é a seguinte «tudo ao molho, e safe-se quem puder!»

Risos do PS.

Ora, a este respeito devo dizer que nós afirmamos claramente que somos contra a gasolina ao «preço da chuva» e, por isso, somos contra uma política de liberalização. E, a este respeito, também não tem sentido remetermo-nos para as paridades dos poderes de compra.

Os portugueses sabem que faltou uma política clara a este respeito; sabem que este foi um aumento brutal, que não correspondeu aos aumentos a nível internacional, e também sabem que, no ano 2000, vai haver um aperto significativo tanto pelas taxas de juro como pelo efeito inflacionário.

Por estas razões, não podemos aceitar que nos digam que um ajustamento salarial à medida daquilo que o próprio Governo reconhece ser o ajustamento inflacionário provocado pela sua decisão seja, ele mesmo, provocador da inflação. Porque o Governo faz uma separação entre inflação tolerada, que é aquela que o Governo vai negociar com os transportadores privados das mercadorias, e uma inflação que quer conter, que é aquela que o Governo quer fazer pagar pelos trabalhadores por conta de outrem.

Assim, se o Governo quiser manifestar boa fé a este respeito, deve admitir que a sua projecção, sendo boa anteriormente, seja corrigida agora — e a ser corrigida agora tem uma consequência ao nível salarial e ao nível do poder de compra das pessoas — e que os efeitos inflacionários a este respeito devam, como sempre, ser contidos no conjunto da gestão económica do Governo, para a qual, neste caso, o Governo do Engenheiro António Guterres deu o pior exemplo ao declarar esta medida de uma forma intolleravelmente injustificada.

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados. Os Verdes entendem que este debate provou que o aumento brusco dos combustíveis, nos moldes e no momento em que foi feito, é não só socialmente injusto como ambientalmente não justificado, assim como também provou que o problema não reside na existência ou não de visões populistas ou imediatistas mas, sim, na existência ou não de políticas de verdade. E, manifestamente, são as políticas de rigor e de verdade em matéria energética que têm faltado ao Governo do Partido Socialista.

Portugal gasta muita energia. Gasta muito e gasta mal: a diversificação é pequena; o peso das energias alternativas, independentemente das condições climáticas, é perfeitamente incipiente, o aumento da intensidade energética tem crescido em vez de reduzir, constrói-se mal, logo, não se conserva energia.

Em conclusão, Portugal não tem uma política, uma estratégia, uma visão, para o seu sector energético. E isto é tanto mais grave porque, como o próprio Partido Socialista assume na sua intervenção, temos uma posição periférica e uma situação de dependência face ao exterior, a qual, independentemente das flutuações nos mercados internacionais, nos deveria obrigar, sempre, a ter em conta a necessidade de incorporar no preço dos combustíveis as questões ambientais, de saúde e do próprio desenvolvimento. Assim não foi e a forma como este aumento ocorreu ilustra bem que não foram motivações ambientais nem foi a preocupação quanto aos direitos dos cidadãos que atrasaram ou retardaram este aumento, que deveria ter sido feito de forma gradual, mas tão-só a preocupação do Governo, que se move em função não de uma visão prospectiva dos problemas mas da sua imagem e da gestão dos calendários eleitorais.

É neste contexto que, para Os Verdes, a questão dos aumentos dos combustíveis tem de ser equacionada. Em todo o lado, e em particular na Europa, o aumento dos preços dos combustíveis é um factor importante para dar prioridade às políticas de transportes públicos.

Não é hoje possível responder aos desafios ambientais, garantir um desenvolvimento sustentável e resolver os problemas de modificações climáticas, que são particularmente graves no nosso país — um fenómeno que Portugal, com os seus mais de 800 km de costa, não devia descurar —, nem vai ser possível a Portugal assumir os compromissos, já eles graves, que assumiu em relação à União Europeia perante Quioto se se mantiver esta política do faz de conta. E aquilo que esta medida do Governo vem provar é que o aumento dos combustíveis não é motivado por boas razões, não tem na sua origem preocupações ambientais, não procura encontrar forma de dar prioridade absoluta aos transportes públicos, antes, procura, e só, continuar a «engordar» os cofres do Estado.

Em relação aos transportes, após todo este debate, o Governo não conseguiu responder se, afinal, depois de um Orçamento e da aprovação de tarifas para os transportes públicos, vai ou não aumentá-las e como é que os cidadãos portugueses vão ou não ser penalizados.

Estas questões ficaram em aberto, como ficou, seguramente, posto a nu que o Governo não tem, em matéria...

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr.^a Deputada. Agradeço que termine.

A Oradora: — Sr. Presidente, peço-lhe a mesma condiscernência que teve para com outros grupos parlamentares, que também dispunham de pouco tempo.

O Sr Presidente. — Sr.^a Deputada, tenho de dizer-lhe, uma vez mais, como já disse a todos os Srs. Deputados, que não admuto a invocação do princípio da igualdade quando se viola o Regimento da Assembleia da República. Peço-lhe desculpa, mas isso não!

Lá porque eu, de vez em quando, permito abusos, não quer dizer que o abuso se transforme numa regra. Dou, sempre, um pouco mais de tempo, e a Sr.^a Deputada saí:

disso. Agora, não me dêem «chás», por amor de Deus, porque esta não é a minha hora de tomar chá

Risos do PS, do PSD e do CDS-PP.

A Oradora — Sr Presidente, com o devido respeito, não dei «chá»

O Sr. Presidente — Deu, deu!

A Oradora. — Não é esse, com certeza, o meu papel

O Sr. Presidente — Mas deu!

A Oradora — Sr. Presidente, o que fiz foi invocar tão-só o princípio da não discriminação

O Sr. Presidente — Sr.^a Deputada, não há princípio da não discriminação em termos de abuso

No entanto, quanto ao «chá», foi apenas uma graça, porque, como a Sr.^a Deputada sabe bem, a esta hora não tomo chá.

Faça favor de terminar, Sr.^a Deputada.

A Oradora — Terminei, Sr Presidente

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS) — Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Sr.^m e Srs Deputados Os recentes aumentos efectuados nos preços dos combustíveis vieram confrontar esta Assembleia com a necessidade de encarar esta situação no mais amplo quadro da política energética, o que é, política e economicamente, correcto

Um debate alargado poderia ou deveria incluir a reanálise da questão nuclear, obviamente a dos preços da gasolina e do gasóleo, a abordagem da problemática das energias renováveis, o balanço sócio e geopolítico do compromisso de Viena, o balanço das hidroeléctricas, a perspectiva das centrais térmicas e a estratégia do gás natural — onde, com tanta força, nos demarcámos do PSD —, no quadro de uma política energética global articulada com políticas económicas e de equilíbrio financeiro

Ultrapassemos a referência a vertentes que hoje não parecem centrais neste debate e concentremo-nos essencialmente sobre as implicações financeiras e, nomeadamente, orçamentais desta questão

Pretendem responsáveis do PSD que o Governo elabora um novo Orçamento, poucos dias depois de ter sido aprovado nesta Assembleia o Orçamento do Estado para o ano 2000. Impõe-se, então, tecer algumas considerações sobre este assunto, a da eventual necessidade ou desnecessidade de elaborar um novo Orçamento do Estado, um Orçamento rectificativo

O primeiro ponto levantado tem a ver com a questão da anunciada redução ou congelamento de 100 milhões de contos em despesas correntes não respeitantes a pessoal. Ora, rigorosamente, o que se passou foi a utilização da autorização de congelamento oportunamente dada ao Governo aquando da aprovação do Orçamento do Estado. Esse congelamento, conforme eu próprio tive oportunidade de sublinhar no debate aqui realizado, foi percentual e significativamente mais elevado do que em outros anos, justa-

mente pela constatação de que, em termos prospectivos, alguns factores de instabilidade ou volatilidade em mercados internacionais, cambiais e de produtos poderiam vir a influenciar a economia e as finanças nacionais durante a própria execução orçamental

Não faz, pois, sentido, apresentar um Orçamento rectificativo para confirmar o que já está previsto no Orçamento do Estado que a Assembleia aprovou em Março último.

Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs Deputados do PSD Como sabemos, o escudo tem uma paridade fixa com as moedas das zonas euro, o escudo integra o euro Não existe, como todos sabemos, uma paridade fixa com o dólar A flutuação relativa entre o euro e o dólar afectou, portanto, a tradução em escudos do preço do barril do petróleo

Sabem os Srs Deputados do PSD e saberão os seus candidatos a governantes que não é possível prever com todo o rigor, muito menos adivinhar, a evolução, de hoje até Dezembro, das cotações respectivas do euro e do dólar, ou seja, da relação entre ambas as moedas! Dispomos de cenários, não adivinharmos o que se passará até Dezembro. Com hipóteses credíveis se elaborou o Orçamento, com cenários previsíveis se trabalhará durante este ano, se os senhores nos deixarem

Sr Presidente, mais importante do que a própria evolução relativa euro/dólar é a própria evolução do preço do *crude* Conhecemos os elementos de evolução, mas também teremos de admitir que não é só a pura lógica económico-financeira que domina a fixação dos preços do barril nos mercados internacionais, são também factores de ordem política e social, de carácter geopolítico, que têm em conta as relações de força existentes na cena mundial, as necessidades económicas reais e as vontades de afirmação política internacional dos decisores políticos e económicos dos Estados produtores de petróleo Nem um anjo liberal, se o houvesse, diria que é a lógica económico-financeira a única a determinar estes preços no mercado internacional!

A questão aí será, portanto, como fazer repercutir essas variações — eventualmente bruscas, dos preços e, provavelmente lentas, dos câmbios — nos preços ao consumidor, cidadão ou empresa E o meu amigo e camarada, o nosso colega José Penedos, já expôs, de forma clara, embora o Deputado Francisco Louçã pareça não ter percebido, qual a orientação que defendemos para um futuro próximo, depois da fase de estabilidade de preços, a qual mereceu algum acolhimento por parte do Sr Ministro das Finanças e da Economia, com o que nos congratulamos. A sintonia estratégica ficou clara, a oportunidade táctica da decisão compete, obviamente, ao Governo.

Sr.^m e Srs Deputados, para quê, então, o proposto congelamento de parte das despesas, de acordo com a regra estabelecida no Orçamento e que aqui foi aprovada? Justamente, para se poder conduzir uma «pilotagem» estratégica deste processo e não deixarmos apenas que, ao sabor das flutuações de preços e das variações de câmbios, se reflectam no Orçamento impactos financeiros inadequados Tomada esta medida, poderemos avançar com determinação numa direcção de maior aproximação ao funcionamento do mercado internacional, ultrapassada a primeira grande fase de consolidação orçamental

O que se passará, então, previsivelmente, no futuro? Em função da evolução das variáveis referidas, poderemos gradualmente medir e acompanhar, ao longo dos anos e dos trimestres, a execução orçamental, nos domínios da

fiscalidade global e da evolução da totalidade das receitas, poderemos ter um eficaz acompanhamento; nas áreas da despesa, o aperfeiçoamento, em curso, dos controlos existentes permitirá aferir dos sectores onde se justificará manter ou não, total ou parcialmente, tal congelamento. Ou seja, é este acompanhamento preciso que criará condições para se definir a manutenção ou o abandono total ou parcial deste congelamento em tempo oportuno.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se justifica, pois, um Orçamento rectificativo ou suplementar, tal como foi proposto pelo PSD, quer pelo Sr. Deputado Rui Rio, quer pelo «ministro-sombra» Tavares Moreira, porque, se quisermos acompanhar, em termos de elaboração orçamental, dia a dia, semana a semana, mês a mês, a evolução dos factores voláteis da economia mundial, precisaremos não de um só Orçamento rectificativo, mas, eventualmente, de um novo Orçamento todos os meses. Estaria, assim, introduzido, por proposta de algum novo «ministro-sombra», o novo conceito de «Orçamento deslizante».

Não, Srs. Deputados, por ai não vamos! Vamos, sim, com cuidado e rigor, acompanhar a evolução e a execução deste Orçamento. A seu tempo, mais tarde do que cedo, se verá ou não da eventual necessidade de se vir a adoptar um Orçamento suplementar ou rectificativo. Estamos, por ora, longe disso!

Sabiamente a Assembleia dotou o Governo com regras similares às de outros anos e diferentes valores de congelamento que pretendiam já prever a influência de variáveis exógenas, condicionantes dos equilíbrios financeiros que se pretendem assegurar. E pretendemos assegurar esse equilíbrio financeiro no profundo respeito por uma óptica de desenvolvimento e de coesão social e regional, que todos os ministros, Deputados e até «ministros-sombra» serão responsáveis por apoiar e concretizar.

A terminar, o que dizer? Que os partidos da oposição têm de exprimir com clareza o que querem quanto à política energética – e isto ainda não é claro para todos – e não protestarem apenas contra os aumentos ou a sua graduação e oportunidade mas clarifiquem a estratégia energética que propõem e a política de preços que preconizam.

O Governo assumiu as suas responsabilidades, o Grupo Parlamentar do PS exprimiu as suas preocupações e as orientações que preconizamos

Quanto a nós, ouvimos atentamente os protestos dos cidadãos, procurámos colaborar na resolução dos problemas emergentes e avançaremos no sentido de continuar a concretização do nosso programa, eleitoralmente sufragado, com as correcções e adaptações que se revelem necessárias.

Que este debate tenha contribuído para um melhor conhecimento de todos os problemas envolvidos na questão energética, porque é também para isso que serve esta Assembleia, para, pelo debate dos problemas, chegarmos às melhores soluções! Aqui, como em outras áreas, sabremos decidir, confirmar ou corrigir rotas, sempre em espírito de diálogo, a favor do desenvolvimento, com equilíbrio financeiro e concretizando uma política de solidariedade.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, visto não haver mais inscrições, dou por terminado o debate, passando, agora, à fase das intervenções de encerramento.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda, dispondo, para o efeito, de 5 minutos.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência, Sr. Ministro das Finanças e da Economia, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: Este debate foi revelador a vários títulos.

Em primeiro lugar, e surpreendentemente, o Governo ensaiou neste debate um pedido de desculpas ao povo português, uma meia desculpa, mas o que foi revelador nesta meia desculpa foi o autismo e o paternalismo desse pedido de desculpas.

Disse o Sr. Ministro das Finanças e da Economia que compreendia que as pessoas não aceitassem facilmente o aumento brutal dos preços dos combustíveis, mas pedia que lhes perdoassem porque só foi para bem delas. Esta atitude paternalista, esta atitude de autismo, que recorda autismos de consulados mais antigos no governo, não será, certamente, bem entendida, porque, de facto, as pessoas, os cidadãos e as cidadãs, têm a percepção clara de qual foi a política dissimulada do Governo em relação ao aumento do preço dos combustíveis.

Sr. Ministro das Finanças e da Economia, essa *mea culpa* envergonhada redundará ainda em mais descrédito em relação ao Governo.

Mas, note-se – e isto foi revelador neste debate –, o CDS-PP, que sabia perfeitamente que se anuncjava um aumento do preço dos combustíveis, veio aqui, na senda de «ora agora assino, ora agora buzino», certamente para, muito em breve, tentar assinar mais qualquer coisa na «Santa Aliança» que tem mantido com o Governo do Partido Socialista. E note-se que até foi a bancada do CDS-PP que, neste debate, veio, finalmente, cobrir a posição do Governo quanto à necessidade de reabrir o processo negocial na função pública e de actualizar os seus salários, tendo em conta a inflação crescente que se prevê, bem como as pensões dos reformados.

Também foi revelador neste debate, Srs. Membros do Governo, que o tal Orçamento de rigor, o tal Orçamento de transição, que não podia acomodar um aumento de transferências para o orçamento da segurança social, afinal de contas poderia conter o limite de um corte de 100 milhões de contos. Ficamos a saber do rigor da transição, da preparação do Orçamento de base zero do Governo do Partido Socialista!

Retivemos também aqui que a liberalização que se anuncia diminuirá – e digo isto claramente aos Srs. Deputados do Partido Socialista, porque não tivemos ainda qualquer debate sobre a política energética –, objectivamente, o espaço de manobra de regulação do Governo em relação ao campo da política energética bem como, e sobretudo, àquilo que for a concatenação dessas políticas com a política ambiental.

É estranhíssimo – e é outra conclusão deste debate – que o Sr. Ministro das Finanças e da Economia nem sequer nos tenha explicado, hoje aqui, nesta Câmara, as medidas compensatórias. Passou por elas «como gato por brasas», tal é a boa consciência que o Governo tem em relação a elas. Diria mais: elas visam apenas injecções no sector privado transportador, nada nos dizem sobre as empresas, às quais estão vinculados passes sociais, e a necessidade de eles não virem a aumentar.

No fecho deste debate, já que o Sr. Ministro das Finanças e da Economia trouxe à colação um projecto de resolução do Bloco de Esquerda – e outros projectos

de resolução apresentados por partidos de oposição existem nesta Câmara —, desafiarei também daqui o Grupo Parlamentar do PS a, amanhã mesmo, aquando das votações, em nome da verdade e do apuramento das posições políticas nesta Câmara, desbloquear o voto por forma a que sejam votados os projectos de resolução, exactamente na mesma medida em que todos nos preparamos para votar as medidas compensatórias avançadas pelo Governo

Sr. Ministro das Finanças e da Economia, claramente nos batemos pela reabertura das negociações salariais na função pública e por subsídios às empresas, para que não haja aumentos dos preços dos passos sociais. Seria uma medida de elementar justiça

Sr. Ministro das Finanças e da Economia, depois do processo político, do enorme erro político que o Governo conduziu nesta matéria, vir acusar partidos da oposição, designadamente o Bloco de Esquerda, de estarem, com isso, a promover uma política inflacionista é algo de incoerente e, permuta-me que lhe diga, neste momento, o Sr. Ministro não tem autoridade para tanto

Termino dizendo que o povo não aceitará, pensamos nós, essas desculpas esfarrapadas E, se se dizia que o Governo da Nação estava em boas mãos, nos últimos dias, que reconhecê-lo, essas mãos estão muito trémulas

O Sr. Presidente: — Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador — E, certamente, mais do que o escrutínio desta Câmara e do que a sua crítica acesa, em particular da esquerda, o Governo prevê — e aí o Sr. Primeiro-Ministro, fatalmente. «dará a cara» — o aumento da contestação social

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Sr. e Srs Deputados: O aumento do preço dos combustíveis, de mais de 10,5% na gasolina e de 13,5% no gasóleo, verificado no final do mês de Março, veio, subitamente, colocar novos problemas aos cidadãos portugueses, cuja probabilidade de degradação das condições de vida importa evitar

Entretanto, a hipótese, já admitida pelo Governo, de tais aumentos se poderem reflectir também numa nova subida, este ano, nos tarifários dos transportes públicos, subida essa que poderia atingir os 4%, vem colocar acrescidas inquietações quanto ao futuro.

Inquietações, desde logo, pelo impacto social directo e imediato que esse eventual aumento provocaria, penalizando duramente os cidadãos em geral e as famílias mais desprotegidas em especial.

Inquietações, ainda, pelas inevitáveis repercussões negativas que tal medida não deixaria de ter no plano ambiental e energético, agravando uma situação já hoje extremamente preocupante em Portugal

Com efeito, sendo hoje um imperativo das sociedades modernas tomar medidas de combate ao fenómeno das alterações climáticas e tendo o sector dos transportes um papel fundamental nesse combate;

Sendo, nessa óptica, o transporte público entendido na União Europeia como um bem essencial para os cidadãos, cuja utilização cabe aos poderes públicos incentivar;

Conhecido o facto de os nossos transportes públicos serem dos mais caros da Europa, ou seja, representarem em termos comparativos para os portugueses uma das mais elevadas quotas do seu orçamento familiar, bem como temos dos mais baixos padrões de qualidade;

Constatada, por outro lado, a dificuldade do nosso país em corresponder aos compromissos assumidos em Quioto, no quadro da União Europeia, dificuldade essa que reside, em grande medida, no peso negativo que o transporte rodoviário individual representa,

Tendo presente a necessidade de dar resposta ao acumular de sinais graves de disfunção no clima no nosso país, a urgência em preservar uma fronteira de cerca de 850 km e em processo acelerado de erosão, bem como a prioridade em melhorar a saúde e o bem-estar dos cidadãos, em especial nas grandes metrópoles,

Considerando, ainda, que a razão justificativa da elevada carga fiscal sobre os combustíveis radica precisamente na necessidade de garantir uma utilização sustentada dos recursos e favorecer a sua gradual poupança pelas óbvias vantagens para o ambiente, para a saúde pública e para o bem-estar em geral que, a prazo, induz,

Considerando, por último, que o aumento dos preços dos combustíveis deve reverter e traduzir-se directamente, como acontece na esmagadora maioria dos países da Europa, num maior investimento nos transportes públicos, em benefício dos cidadãos e da comunidade e não, ao contrário, como agora se antecipa, na sua penalização:

Entendemos que este debate é o momento para que se recomende e incentive o transporte público, designadamente através da criação de passes multimodais; o não aumento do preço dos transportes públicos, de algum modo anunciado, o efectivo direito a passes sociais gratuitos para jovens, a garantia de livre acesso e a melhoria das formas de transporte nas áreas metropolitanas; a criação de uma autoridade de transporte, prevista, mas nunca saída do papel, e um novo sistema de financiamento para os transportes públicos, que, à semelhança do modelo europeu, permita receitas diferentes, designadamente a partir daquilo que resulta do próprio aumento já verificado nos combustíveis

São estas as nossas propostas e são elas que, com uma estratégia para a energia, que, manifestamente, neste momento não existe, este debate nos suscita, como reflexão

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Celeste Cardona.

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. e Srs Deputados, Sr. Ministro das Finanças e da Economia: Já o disse aqui e vou repetir. o senhor e o seu Governo cometem um grave erro económico e político. Aliás, não sou só eu que o digo, também já o seu antecessor o afirmou de forma clara e expressiva.

Do ponto de vista económico, Sr. Ministro das Finanças, a sua política é um desastre. Sustenta o seu Governo que este aumento do preço dos combustíveis foi uma consequência da prossecução de uma política de estabilidade dos mesmos. Mas em que se traduz, na prática, no dia-a-dia dos portugueses, sobretudo a partir de 30 de Março, esta política? Traduz-se — por mais que o senhor não acredite ou não queira acreditar — no aumento brutal, generalizado, dos preços dos bens essenciais

A questão que agora importa discutir é, Sr. Ministro das Finanças, a de saber se esta política em que o senhor e o seu Governo se sustentaram já há alguns anos é correcta e significa governar bem. Não! Governar bem, no caso concreto, teria sido abandonar no momento certo uma política de intervenção e de manipulação estatal dos preços dos combustíveis a favor de uma política de flexibilidade dos mesmos preços. Governar bem, Sr. Ministro das Finanças, teria sido conformar os preços de venda ao público com os preços da matéria-prima vigentes no mercado internacional. Governar bem, Sr. Ministro das Finanças, teria sido baixar os preços de venda ao público dos combustíveis no ano de 1997 e até Março de 1999 Governar bem, Sr. Ministro das Finanças, teria sido baixar — e digo bem, baixar! — em 30 de Março de 2000 o preço dos combustíveis

Risos do PS

Governar bem, Sr. Ministro das Finanças, nem sequer é difícil, basta olhar para o lado e para o vizinho! É verdade que os nossos vizinhos espanhóis aumentaram sete vezes (como os senhores gostam de dizer) o preço dos combustíveis, só que, mesmo assim, este ainda está bem longe do preço que agora foi fixado pelo Governo para este efeito!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

A Oradora. — Sr. Ministro das Finanças, também já está anunciada uma diminuição dos preços dos combustíveis em Espanha, em França, na Suíça e nos Estados Unidos da América

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

A Oradora: — Quanto a esta matéria, Sr. Ministro das Finanças, e depois deste debate, como se usa dizer, aos costumes, o senhor e o seu Governo nada disseram!

Do ponto de vista político, a sua política é também um erro. Tanto quanto se sabe, por notícias e declarações oficiais vindas a público, o Governo pretendeu, sobretudo a partir de Março de 1999, congelar os preços em alta, naturalmente. Como os tinha mantido em alta quando deveria tê-los baixado, não existia qualquer margem para aumentar os preços dos combustíveis sem consequências negativas por parte da população, que não gosta — e bem! — de aumentos injustificados. Naquela ocasião, se bem se lembram, Sr. e Srs Deputados, estávamos já a caminho das eleições! E tudo assim continuou!

Ora bem, como ainda este fim-de-semana dizia um artista que não é suspeito de não ser socialista, «alguém tem de pagar! Somos nós! Somos sempre nós! Agora, Sr. Ministro das Finanças, já se percebe a sua política de estabilidade de preços: não é para beneficiar o cidadão, através da diminuição gradual dos preços, mas, sobretudo, para manipular os preços em função de razões de natureza política. Foi o que sucedeu, mas, deixe-me dizer-lhe, não perdem pela demora! Vão ter o vosso «buzinão», como é democrático e como é legítimo, nas urnas! Diria mais, se me permite: o senhor e o seu Governo estão felizes, estão «safos», como teria sido dito (ou não!), por não ter havido uma maioria ruidosa, mas podem ter a certeza de que há uma maioria de portugueses

O Sr. José Barros Moura (PS). — Silenciosa?

A Oradora — silenciosa .

Risos do PS

... mas que não vos entende! Não vos entende!

Aplausos do CDS-PP.

Ninguém entende! Essa maioria de portugueses não vos entende!

Deixe-me dizer-lhe também, Sr. Ministro, que fixe bem o dia 30 de Março de 2000, porque ninguém entende, essa maioria de portugueses que não vos entende, que justamente nesse dia, no dia em baixam os preços da matéria-prima no mercado internacional, no dia em que os nossos parceiros comunitários começam a baixar os preços de venda e anunciam o aumento da produção, o Governo aumente os preços de venda ao público!

Assim, nas urnas e como é legítimo sejam diminuídos os vossos votos!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP). — Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs Membros do Governo, Sr. Ministro das Finanças: Este debate confirmou que houve, da parte do Governo, de facto, uma condenável política marcada pelo eleitoralismo, política que colocou os interesses do PS à frente dos interesses das pessoas e da economia nacional. Com efeito, ficou claro neste debate que o Governo, primeiro, manteve, durante cerca de dois anos, o preço do *crude* quando este descia sucessivamente, e, depois, no ano passado, fugiu a qualquer moderada actualização antes das eleições de Outubro, não apenas por recear o seu impacto eleitoral mas, sobretudo, por estar interessado em condicionar a discussão do Orçamento do Estado e as actualizações salariais através da ilusão de uma taxa de inflação de 2% no corrente ano

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Isto é, o Governo não agiu de boa fé!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador. — Negociou as tabelas salariais, nomeadamente as da administração pública, com base numa taxa de inflação que, manifestamente, sabia que não iria, como não vai, cumprir, e fez o mesmo em relação ao salário mínimo e às pensões e reformas. Aliás, contrariamente ao que aqui foi dito, o aumento destes preços não está em contraciclo com os preços do *crude*, o que esteve em contraciclo foi apenas a data das eleições legislativas, porque se ela tivesse sido outra, também a política teria sido outra, os aumentos teriam sido outros e em outros momentos diferentes.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Por isso, o Governo tem o dever ético de actualizar as tabelas salariais dos trabalhadores da administração pública bem como as pensões mais degradadas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Tanto o Sr. Ministro da Economia como o Sr. Ministro das Finanças sabem que faltam à verdade quando dizem que estes aumentos não vão comer os já fracos aumentos nominais! E o tom arrogante — permita-me que lho diga — com que o Ministro das Finanças afirmou que o Governo rejeita o projecto de resolução do PCP mostra a verdadeira postura deste Governo sobre a distribuição do rendimento nacional e o que significa para o Ministro governar com consciência social,

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — .. pois, na nossa resolução, apresentámos várias medidas no sentido de minimizar os efeitos sociais, económicos e energéticos! A consciência social vê-se também, por exemplo, nos aumentos anunciados do gás para consumo doméstico, do gás em garrafa, em 8%, quando os aumentos salariais da função pública foram de 2%; vê-se nas orientações intransigentes, insensíveis e até mesmo arrogantes dadas às empresas públicas de transportes em relação às negociações salariais em curso! O Governo, com esta política de concentração da riqueza, com a sua política autista e arrogante, é o responsável pela conflitualidade social e mostra que (passe a expressão) «se está nas tintas» não só para os trabalhadores como também para os problemas incómodos que as greves dos transportes causam a todos os utentes!

Este é um Governo que, no Orçamento do Estado, manteve os privilégios à banca e os benefícios fiscais, nomeadamente às actividades financeiras e especulativas, mas que se recusa a actualizar as tabelas salariais mesmo na margem que já concede para o aumento da taxa de inflação! É a política de «dois pesos e duas medidas», ou a «lei de ouro económica» do Ministério das Finanças, também conhecida pela «lei do fumil»: larga para os boys, para as girls e outra clientela; estreita para os trabalhadores, para os reformados e para os pensionistas!

Vozes do PCP. — Muito bem!

Risos do CDS-PP.

O Orador: — Sr. Ministro das Finanças, ponha de lado essas leis de ouro e vá ao concreto! E, no concreto, avance na actualização dos salários, nomeadamente quanto à administração pública, bem como das pensões e reformas, faça um estreito acompanhamento e controlo das repercussões do aumento dos combustíveis nos preços de outros produtos, de outros bens e serviços — não tenha a atitude da aveSTRUZ em relação ao aumento do gás! —, e faça também uma política de contenção de novos aumentos de preços dos transportes públicos, muito em especial no que diz respeito aos passes sociais, porque, com estes aumentos e com o aumento das taxas de juros, muitas e muitas famílias vão ver o seu orçamento degradado. Ou seja, vai aumentar o número de famílias que são excluídas de um nível de vida digno, do acesso à habitação, ao ensino .

O Sr Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que termine, pois já esgotou o tempo regimental.

O Orador: — Por isso, Sr. Ministro, se quer governar com consciência social, «meta a mão na consciência» e

diga, claramente, que não só errou mas também teve uma atitude de reserva mental quando fez a negociação das tabelas salariais com a administração pública. Estenda a mão à palmatória e aumente agora os reformados e os trabalhadores da função pública!

Aplausos do PCP

O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho

O Sr. António Capucho (PSD) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr. e Srs Deputados. Este debate, realizado por iniciativa do PSD, confirmou cabalmente que, se dúvidas houvesse quanto à incompetência do Governo, o recente aumento dos combustíveis se encarregou de as dissipar em definitivo.

Quando o petróleo desceu de forma vertiginosa no mercado internacional, o Governo nunca quis aliviar o fardo que recaía sobre os portugueses. Ao contrário, manteve sempre os preços inaceitavelmente elevados, não hesitando para isso em aumentar de forma absurda as taxas do imposto sobre os combustíveis, porque necessitava de receitas para sustentar o seu despesismo e o seu eleitoralismo.

Depois, quando o preço do *crude* começou a subir, recusou-se a retirar daí as devidas ilações, preferiu insistir numa política desadequada e artificial, de pretensa estabilidade. E as consequências, Sr Presidente, ai estão!

O Governo nunca quis reconhecer a perversidade da sua política, uma política absurda que levou os consumidores e as empresas a tomarem decisões num quadro económico que o Governo veio agora desestabilizar. Numa coisa, porém, essa política socialista é coerente quem paga os seus custos são sempre os cidadãos, consumidores ou contribuintes!

A crise dos combustíveis não serviu apenas para demonstrar a inépcia deste Executivo, veio, igualmente, confirmar que o Governo sacrifica a realização do interesse nacional à defesa do interesse partidário o que era preciso era que o Partido Socialista ganhasse as eleições e, se possível, com maioria absoluta

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, a forma como o Governo está a agir é também prova de que cede apenas perante os que têm capacidade e meios para reivindicar. Para esses, encontram-se rapidamente compensações, benefícios e contrapartidas. Perguntamos: e os cidadãos comuns? E as famílias? E todos aqueles que vão ter de lidar, no seu dia-a-dia, com os efeitos práticos da subida dos combustíveis e as suas repercussões no conjunto da economia? Todos aqueles a quem se propõe aumentos salariais de 2,5 %, quando é evidente que esta subida dos combustíveis colocará a inflação bem acima deste valor? Para estes não haverá apoios, não haverá subsídios, não haverá isenções de IVA, não haverá abaixamento do preço das portagens. Para estes não haverá nada!

Sr Presidente, Sr. e Srs Deputados. Aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2000, o Grupo Parlamentar do PSD chamou a atenção para a sua inviabilidade, para o seu carácter despesista e para a sua falta de rigor. O Governo sabia, no momento em que o Orçamento foi aprovado, que ele não tinha as mínimas condições para ser

executado O Governo não podia ignorar que tinha de mexer no preço dos combustíveis e que isso iria desencadear consequências orçamentais imediatas

Assim, ao agir nos termos em que o fez, o Governo desrespeitou esta Assembleia

Sr Presidente, Srs. Membros do Governo Ao faltar, mais uma vez, a um debate com a relevância deste, o Sr. Primeiro-Ministro desrespeitou, mais uma vez, esta Assembleia e não cumpriu com o prometido

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Os eleitores, os cidadãos, não vão perdoar este erro colossal do Governo!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados: Este podia ter sido um excelente debate realizado na Assembleia da República

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Pelo Sr Primeiro-Ministro?

O Orador — Poderia ter sido, porque, nascendo de uma clara intenção de dois ou três partidos da oposição de aproveitarem uma situação conjuntural para desgastar o Governo e apelar à agitação nas ruas, rapidamente se evoluiu para um debate sério sobre política energética em Portugal.

Infelizmente, esta oportunidade não foi aproveitada e assistimos aqui, com raras exceções — e estas raras exceções foram, sobretudo, da bancada do Partido Socialista —, à reprodução de argumentos que mais não visam do que agitar a opinião pública, enganar a opinião pública e não tratar seriamente os problemas que interessam ao País

Sr Presidente, Srs Deputados Apesar de tudo, este debate teve pontos fortes e pontos fracos Os pontos fortes estiveram, desde logo, na intenção de o Governo, através do Sr Ministro, lançar o debate, que urge fazer, em Portugal, sobre a estratégia da política de energia e sobre o futuro da política de energia ao serviço do sistema produtivo nacional

Também a questão levantada no discurso proferido pela bancada socialista por parte do meu camarada José Penedos, relativamente à necessidade e à conveniência em definir patamares de estabilidade que permitam dar orientações muito claras aos agentes económicos, no sentido de os abonar com um conjunto de indicações absolutamente indispensáveis para definirem a sua estratégia e os seus programas, é efectivamente um ponto forte

Como ponto forte foi a aceitação por parte do Governo de indicações que o próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista noutra tipo de intervenções já tinha feito, no sentido de que rapidamente se deve evoluir para a liberalização do preço dos combustíveis, naturalmente quando estiverem criadas as condições para que essa liberalização se possa efectuar E essas condições só estarão naturalmente criadas quando estivermos, por um lado, num patamar de estabilidade do preço do *crude* nos mercados internacionais e, por outro, num plano de estabilidade em baixa desses mesmos preços

Estes foram momentos fortes, que, efectivamente, não foram aproveitados

Houve também os outros, os momentos fracos, que, de algum modo, enfraqueceram e tiraram algum sentido a este tão importante debate político.

Desde logo, a reiterada insistência dos Srs Deputados do Partido Popular, nomeadamente, do Sr Deputado Paulo Portas, que ultimamente se especializou numa espécie de anti-Midas, pois em tudo o que toca transforma no contrário do ouro — lembro-me, por exemplo, que foi ele o primeiro a lançar a ideia da agitação popular e do buzinão... .

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Agitação?! Buzinar é agitação?!

O Orador — . mas, depois, saiu pela esquerda baixa, quando verificou que o buzinão não teve qualquer espécie de repercussão na sociedade civil —,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Estão pior que a União Nacional!

O Orador — . a insistência, dizia, do Sr Deputado Paulo Portas, de que os preços, em Março, deveriam ter baixado,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Com certeza!

O Orador — porque o preço internacional do *crude* também baixou

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Começou a baixar!

O Orador — Isto é uma profunda demagogia...

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Demagogia?!

O Orador — . e o Sr. Deputado Paulo Portas sabe-o perfeitamente

O nível de preços, em Março, não está dependente do abaixamento, feito em Março, do preço do *crude*,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Baixou 5 dólares!

O Orador — . está, sim, dependente, Sr Deputado Paulo Portas, de toda a evolução do preço do *crude*, ao longo de 1999, .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Então, por que é que os outros baixam e nós não?!

O Orador — .. e da política de estabilidade de preços, apresentada pelo Governo.

Portanto, V Ex^a, insiste nisso, mas, felizmente, ninguém o ouve e toda a gente se ri dessa sua afirmação.

Protestos do CDS-PP

Toda a gente comprehende que era absolutamente indispensável actualizar em alta o preço dos combustíveis e, por isso, ninguém o ouve — acredite. Vá por esse caminho que nos presta um excelente serviço!

Insiste também V Ex^a na questão da inconstitucionalidade, apenas porque tem um parecer do Sr Pro-

vedor de Justiça, que naturalmente é um parecer respeitável, mas quando nada de significativo foi produzido nessa área

O Sr. Deputado afirma que há uma constitucionalidade, porque, tratando-se de um imposto, competia à Assembleia da República fixar esse imposto e fiscalizá-lo. Mas quem é que fixou o imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP)? Quem é que fixou os níveis entre os quais se deve situar o ISP? Não foi a Assembleia da República, Sr. Deputado Paulo Portas?! Não foi, aliás, V. Ex.^a, com o seu voto concordante no Orçamento do Estado, que ajudou a fixar esse mesmo imposto?! Então, onde é que está a constitucionalidade? É mais outra demagogia de quem não tem razão e está a esgotar o estilo e a arte política!

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Quem não tem razão ataca no encerramento!

O Orador — Por aí .

O Sr. Presidente — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado. Agradeço-lhe que termine

O Orador. — Terminei já, Sr. Presidente.

Por aí, dizia, não vai longe, Sr. Deputado Paulo Portas, e não vai seguramente longe o PP
Sr. Presidente, .

O Sr. Presidente — Agradeço-lhe que termine, Sr. Deputado, pois já ultrapassou o tempo regimental

O Orador — Vou terminar, Sr. Presidente, oriento-me nesse sentido. Se me der só mais 30 segundos.

O Sr. Presidente — Não posso dar, Sr. Deputado. Tenho sido rigoroso na medição dos tempos e, por isso, peço-lhe que termine

O Orador — Vou terminar, imediatamente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, perdemos, portanto, uma excelente oportunidade Aliás, quero anunciar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, correspondendo a um apelo feito pelo Sr. Deputado Luís Fazenda, que damos o nosso acordo a que se votem, amanhã, os projectos de resolução, desde que, evidentemente, haja consenso por parte de toda a Câmara

Aplausos do PS

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da honra pessoal

O Sr. Presidente — Muito bem, Sr. Deputado. Dar-lha-ei no fim do debate. Porém, mais uma vez, chamo respeitosamente a atenção dos Srs. Deputados para que não pratiquem a hipersensibilidade que tem presidido às defesas da honra. De facto, chegamos ao fim e verificamos que usam dessa figura não propriamente para defender a honra, que, na generalidade dos casos, não foi ofendida. Contudo, não posso substituir-me ao vosso juízo pessoal em matéria de honra. É só mais uma chamada de atenção, Srs. Deputados.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e da Economia

O Sr. Ministro das Finanças e da Economia — Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados. Procurando ser breve e em jeito de conclusão, creio que este debate evidenciou, no que respeita à questão e às consequências dos aumentos dos preços dos combustíveis, duas situações, que devem ser destrinchadas e analisadas de um lado, o estado da Nação, o estado da opinião pública, no que respeita a este problema, do outro, o estado da oposição, a maneira como os partidos da oposição reagem a este mesmo problema

Creio que, quanto ao estado da Nação — é, pelo menos, assim que o Governo avalia a situação —, os aumentos dos combustíveis, nas circunstâncias em que ocorreram, se, por um lado, foram compreendidos quanto à sua necessidade, por outro, foram largamente criticados na forma, no método e no tempo como eles foram desenvolvidos

Face a essa situação, o Governo enfrentou-a, ao contrário do que aqui foi dito, não com arrogância, mas com humildade, não recusando o diálogo, mas abrindo-se a ele, não impondo os seus pontos de vista e o seu método, mas procurando compreender aquilo que, no entendimento dos cidadãos comuns, é preciso transformar, para que, no futuro, necessários e futuros ajustamentos nos preços, seja a subir, seja a descer, sejam melhor compreendidos por toda a sociedade e melhor incorporados por parte dos agentes económicos

É neste sentido que manifestámos a nossa abertura para o desenvolvimento de um mecanismo mais liberalizado na fixação dos preços dos combustíveis, afastando mais o Estado da sua fixação e criando mais regulação e funcionamento de mercado na fixação desses mesmos preços

Porém, nesse caso e se esse é o sentimento na opinião pública e no conjunto da população, também importa, desde já, dizer, com toda a verdade — e já tive oportunidade de sublinhá-lo, em resposta a uma questão do Sr. Deputado Francisco Louçã —, à população que, dessa altura para a frente, ficará mais exposta, tanto nos momentos bons como nos momentos maus, à evolução de um mercado tão volátil como é o dos produtos petrolíferos

Quanto ao estado da oposição, penso que a principal conclusão a tirar deste debate — aliás, na sequência do que se passou, da acção política e do comportamento político da oposição, nos últimos oito dias — é a de que a oposição, no seu conjunto — e cada um dos seus partidos —, não conseguiu encontrar forma de exprimir politicamente a inquietação e, até, as críticas que se geraram no conjunto da população sobre esta matéria. E não conseguiu encontrar essas formas de expressão, porque as forças que a integram foram contraditórias entre si e, em alguns casos, mesmo contraditórias dentro de si, na crítica que fizeram à medida do Governo e à política do Governo

No que respeita às propostas feitas pelo PCP e pelo BE, sei que tanto o PCP como o BE se preocupam com as condições de vida da população em geral e dos trabalhadores em particular

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Ah! Bons rapazes!

O Orador: — Mas também sei que propuseram aqui uma terapêutica que ia precisamente agravar a situação que identificaram como querendo combater

Por isso, a vossa proposta de ajustamentos salariais geraria mais inflação, em vez de a combater, ..

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Demonstrem!

O Orador: — ... e mais inflação significa — é a história da economia portuguesa, nos últimos 25 anos, que o demonstra —, Sr Deputado Carlos Carvalhas, piores condições de vida, principalmente para os trabalhadores, significa um imposto desigual nas suas consequências e precisamente mais gravoso para os trabalhadores e para aqueles que têm no trabalho a sua única fonte de rendimento.

Quanto ao Partido Popular, ele apareceu aqui fundamentalmente a querer empunhar uma bandeira, a da baixa dos preços dos combustíveis, mesmo quando os combustíveis sobem

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não! Quando o petróleo desce!

O Orador. — Ora, é este entendimento que a população não tem e é isso que determina o fracasso e alguns avanços, recuos e ziguezagues no comportamento político do PP, quando tentou exprimir e canalizar algum descontentamento popular suscitado por esta medida.

Finalmente, o PSD Era do PSD que eu estava a falar e era no PSD que eu estava a pensar, quando referi que não havia apenas contradições entre as várias forças da oposição mas também dentro de algumas forças da oposição. E a primeira contradição é, desde logo, esta no momento em que o Presidente do PSD apresenta aquilo que ele designa como um «governo sombra», que supostamente ele chefia, e o faz no momento em que, também segundo o PSD, surgiu um dos mais graves problemas políticos nos últimos anos para o Governo, esse líder do PSD e do «governo sombra» do PSD marcou pela abstenção, pela ausência e pelo silêncio o seu comportamento nesta Assembleia e neste debate.

O segundo elemento contraditório no comportamento do PSD é este. o PSD defende mais aumentos, mesmo quando há descidas. Foi isso que, uma vez mais, hoje aqui nos foi dito e foi isso que um dos quatro «ministros sombra» que o Dr. Durão Barroso nomeou para a área de economia e finanças ontem nos disse, quando defendeu a necessidade de haver mais aumentos, mesmo quando os preços estão a descer nos mercados internacionais.

Mas o PSD e a linha política do PSD têm tanto a ver com mais aumentos, mesmo quando os preços baixam, como com mais Orçamentos, exactamente quando, amanhã, o Governo vai aprovar o decreto-lei de execução orçamental do Orçamento do Estado para 2000.

O PSD passou da teoria, em voga há muitos anos atrás, da revolução permanente para a teoria do Orçamento permanente. O PSD gostaria que não houvesse Orçamento neste momento e, tendo sido aprovado o Orçamento, propunha-nos, agora, uma metodologia, que era a de, todos os dias, andarmos a revogar, a alterar e a rectificar o Orçamento aprovado por esta Assembleia. Isto não é mais do que a expressão do caminho de desorientação e de instabilidade política e económica, que seria gerada por esse comportamento e que tem a ver com a própria situação no PSD. O PSD está numa situação interna instável...

Protestos do PSD

mas esse não é o problema do País.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Nem o dos combustíveis!

O Orador. — Finalmente, no que respeita à evolução da economia portuguesa, Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, o Governo, que viu promulgado e publicado o Orçamento do Estado para 2000, depois da sua aprovação por esta Assembleia, prepara-se para executar, com acréscido rigor, esse Orçamento e, para esse acréscido rigor, conta, conforme tive oportunidade de aqui dizer no encerramento do debate orçamental, com todos aqueles que, sinceramente, estão dispostos a combater o desperdício e o despesismo como factor de crescente rigor orçamental e como factor potenciador de uma conjuntura económica que todos os dados e indicadores disponíveis confirmam ser caracterizada pela reanimação do crescimento económico impulsionada pela procura externa, pelo investimento empresarial e pelas obras públicas, por uma crescente recuperação da confiança dos agentes económicos e dos consumidores, por um enquadramento externo favorável das principais economias internacionais, e, em primeiro lugar, da economia da União Europeia, e por um clima económico caracterizado pelo aumento do investimento empresarial, pelo crescimento das vendas de veículos comerciais, pelo acréscimo de negócios no mercado nacional das indústrias transformadoras e, também, pelo crescimento do crédito ao investimento empresarial. E isto já para não falar na permanente e sucessiva descida da taxa de desemprego, ela própria um dos termómetros mais elucidativos de que, em Portugal, continuaremos, no ano 2000, a crescer sucessivamente, pelo sexto ano consecutivo, e continuaremos, também pelo sexto ano consecutivo, a crescer e a convergir com a economia da União Europeia.

É esta mensagem de optimismo, baseado na realidade, de confiança e de determinação que queria deixar no encerramento deste debate.

Aplausos do PS

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra

O Sr. Presidente — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. António Capucho (PSD). — Para defesa da honra da bancada, Sr Presidente

O Sr. Presidente — Tem precedência, uma vez que o Sr. Deputado Paulo Portas pediu a palavra para defesa da consideração pessoal

Tem a palavra, Sr Deputado António Capucho.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr Ministro, dirijo-me a si directamente, porque, no fundo, V. Ex.º protagonizou, nos últimos dias, a conclusão triste e lamentável de um percurso, também ele triste e lamentável, que este Governo fez a propósito da questão que nos trouxe, hoje, aqui.

Não vale a pena criar abcessos de fixação com a suposta instabilidade dentro do PSD ou com qualquer outra figura lateral, porque, Sr Ministro, a questão fundamental é esta: VV Ex.º tiveram um comportamento e uma política totalmente errados e, neste momento, o mínimo que poderiam fazer era pedir desculpa ao País e aos cidadãos, em vez de, repito, criarem abcessos de fixação.

Aplausos do PSD

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Com certeza!

O Orador — Sobre a nossa instabilidade, o Sr Ministro preocupe-se mais com aquilo que, manifestamente, é a instabilidade deste Partido Socialista, bem patente na necessidade que o Sr Primeiro-Ministro teve de, agora, à última hora, ter de nomear alguém para porta-voz, ou seja, ter de mandar um recado para dentro do Governo, dizendo «Srs Ministros, calem-se, porque quem fala é o Sr Ministro da Presidência»!

O Sr Manuel dos Santos (PS). — Ainda não falou!

O Orador — Quanto à presença do Dr Durão Barroso e à não participação dele neste debate, V Ex^a sabe tão bem quanto eu que o que é normal em democracia, em qualquer Parlamento democrático, é que o interlocutor do Sr. Primeiro-Ministro seja o chefe do maior partido da oposição.

Aquilo de que estávamos à espera era que, perante a importância deste debate, o Sr Primeiro-Ministro nos desse a honra de o abrillantar. Não o fez, mais uma vez! Apesar de estarem previstos debates mensais com a presença do Sr. Primeiro-Ministro, apesar de a bancada do Partido Socialista vir sempre com comparações espúrias a propósito dos governos do Partido Social Democrata, a verdade é que parece que o Sr Primeiro-Ministro não quer «pôr os pés» neste Parlamento!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Até dá a ideia de que o *Falcon* do Sr Primeiro-Ministro já não conhece o caminho da Portela!

Seja como for, o Sr Deputado Durão Barroso esteve presente neste debate desde o princípio quase até ao fim, quem não esteve presente neste debate, nem no princípio, nem no meio, nem no fim, foi o Sr. Primeiro-Ministro, e isto é que é condenável!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia

O Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social — Sr Presidente, dá-me a palavra para responder?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Não! A palavra não é para o porta-voz!

Vozes do PSD. — Não, não!

O Sr. Presidente. — Sr. Ministro da Presidência, a pessoa invocada foi o Sr Ministro das Finanças, pelo que só ele pode dar explicações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Ministro da Presidência e do Equipamento Social — Sr Presidente, não posso dar explicações?

O Sr Presidente — Não, Sr Ministro da Presidência, porque quem foi invocado como ofensor da honra da bancada do Partido Social Democrata foi o Sr. Ministro das Finanças, pelo que só ele pode dar explicações e não o Sr. Ministro

Tem a palavra o Sr Ministro das Finanças e da Economia.

O Sr. Ministro das Finanças e da Economia — Sr Presidente, eu não ofendi de maneira alguma a honra da bancada do PSD, limitei-me a constatar que a discussão daquilo que o PSD e o seu líder consideraram como o mais grave problema político ocorrido nos últimos tempos e um grave problema político para o Governo — não é essa a avaliação que o Governo faz desta situação — foi marcada pela completa ausência, no debate, do líder do PSD, Dr Durão Barroso

O Sr António Capucho (PSD) — Ele esteve aqui todo o dia!

O Orador — Não participou no debate, Sr Deputado António Capucho Repito, não participou no debate! É isto que quero sublinhar. Isto não é nenhuma ofensa, mas apenas a constatação de uma situação de facto que é absolutamente contraditória com todo o discurso dramatizante que o PSD tentou fazer desta questão

Não preciso fazer qualquer «acesso de fixação» no que respeita à avaliação que o Governo faz desta sua política, da sua decisão e das suas consequências. Creio que fomos absolutamente claros tanto no debate de hoje como ao longo desta semana

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para defesa da consideração pessoal, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr Deputado «Midas» dos Santos,

Risos do CDS-PP

chamo-lhe assim, porque quando VV. Ex^a, os socialistas, assinam uma portaria sobre o preço de um bem essencial ele passa, imediatamente, a valer ouro em termos de preço.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — De modo que Midas será, certamente. V Ex^a, porque faz subir os preços até ao valor «ouro»

Depois — e não esperava a pequena deslegâncias parlamentar de um ataque nitidamente pessoal num discurso de fecho, que não tem contraditório —,

O Sr João Amaral (PCP) — Pelos vistos, tem!

O Orador — .. queria perguntar-lhe, em todo o caso, o seguinte V Ex^a falou em subversão? Apelo à subversão? Bem, já não sei, então, ao que V Ex^a chamará expressão natural das diferenças em democracia. Mas se buzinar é subverter, pergunto-lhe está aqui o Ministro da Administração Interna para nos relatar algum desacato?

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Houve alguma desordem? VV. Ex^a têm memória do que fizeram quando houve um «buzinão» na

Ponte 25 de Abril, altura em membros do vosso partido foram para lá buzinar? VV Ex^a têm noção da diferença entre buzinar e bloquear uma cidade, ou já se terão esquecido de que aquilo que vocês apoiaram, então, foi mais um bloqueio do que um «buzinão»?

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — É evidente!

O Orador — VV Ex^a têm noção da mudança de opinião pela simples circunstância de estarem no Governo?

Vozes do PSD — Cá se fazem, cá se pagam!

O Orador — A sua frase é profundamente infeliz e com toda a estima termo com isto, Dr Manuel dos Santos é que V Ex^a pode concordar ou discordar das posições que o CDS-Partido Popular aqui teve. Mas há uma coisa que V Ex^a sabe é que nós demos a cara e a voz por aquilo que defendemos! O seu Primeiro-Ministro não deu a cara nem a voz por aquilo que pensa!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, com a estima que é mútua, quero dizer-lhe que não me importo nada em ser um instrumento parlamentar do seu permanente frenesim político. São interpelações à Mesa, são perguntas, são intervenções, são defesas da honra pessoal e da bancada, enfim, são todas as coisas possíveis e imaginárias

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É a solidão da oposição!

O Orador — Realmente, o seu frenesim não tem capacidade de esgotamento. Só assim é que entendo a utilização desta figura parlamentar que invocou e me sujeito a responder-lhe

Aliás, o senhor também me facilita a vida de algum modo, porque me permite dizer-lhe duas ou três coisas que não tive oportunidade de referir na rápida intervenção que fiz há pouco, a qual o Sr Presidente, e muito bem, «correu» na altura devida

O que me faltou dizer-lhe foi o seguinte: o Sr Deputado Paulo Portas fez, nos últimos tempos, um percurso muito interessante que fez olvidar um passado político, evidentemente no exercício de outras funções, de alguma irresponsabilidade. Agora, o que se sente é que V Ex^a voltou ao princípio, isto é, V Ex^a delira com as pequenas «malandrinhas», com as pequenas referências «malandrecas» (passe a expressão) que utiliza — e isto não é num sentido pejorativo, naturalmente —, V Ex^a rejubila com este tipo de intervenções políticas. É o seu estilo! Que lhe fique muito bem, mas não vai muito longe!

O Sr Deputado Paulo Portas — peço-lhe que me ouça com atenção, como eu o ouvi —, fez, efectivamente, apelos à agitação

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — À agitação?

O Orador — Fez apelos à agitação! E se, realmente, não houve consequências desses apelos foi porque não

houve agitação, porque, pura e simplesmente, não houve ninguém, ou não houve um número significativo de pessoas na rua

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É a democracia!

O Orador — Sr Deputado, quando o senhor percebeu isso — aliás, não esteve só, outro líder partidário fez o mesmo —, escondeu-se, ridiculamente, dentro de um automóvel, com uma câmara a acompanhá-lo, dizendo que chegava aqui, à Assembleia, e que fazia um pequenino «buzinão». Todas as pessoas perceberam o seu recuo

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Foi um «buzininho»!

O Orador — Exactamente. Como diz a minha camarada, foi um «buzininho».

Portanto, Sr Deputado, eu não quis ofendê-lo pessoalmente, nunca o faria, como sabe. Porém, não poderia deixar de lhe dar estas respostas, uma vez que V Ex^a me deu a oportunidade para voltar a referir-me a si

Aplausos do PS

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — É uma explicação «malandreca»!

O Sr Presidente — Srs Deputados, antes de dar por terminados os trabalhos, informo que houve consenso no sentido de, amanhã, serem votados, sem discussão prévia, dado a mesma, implicitamente, ter sido feita hoje, os projectos de resolução n.º 46/VIII — Recomendar ao Governo a adopção de medidas que introduzam critérios quantitativos e qualitativos justos, adequados e racionais na fixação do preço dos combustíveis em Portugal (CDS-PP), 47/VIII — Sobre a defesa dos cidadãos face aos impactos do aumento dos preços dos combustíveis (PCP) e 48/VIII — Sobre a revisão das actualizações salariais para a Função Pública na sequência do aumento do preço dos combustíveis (BE)

A próxima reunião plenária realiza-se amanhã, quinta-feira, a partir das 15 horas, com período de antes da ordem do dia e constando do período da ordem do dia a discussão conjunta, na generalidade, da proposta de lei n.º 19/VIII — Regula o voto dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro na eleição do Presidente da República e alarga as situações de voto antecipado, alterando o Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio, e dos projectos de lei n.º 152/VIII — Regula o direito de voto dos emigrantes nas eleições presidenciais (PSD) e 153/VIII — Regula o processo de votação, na eleição do Presidente da República, dos cidadãos portugueses não residentes no território nacional (CDS-PP)

Srs. Deputados, está encerrada a sessão

Eram 19 horas e 15 minutos

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
Maria Isabel da Silva Pires de Lima
Nelson Madeira Baltazar

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Teresa Maria Neto Venda

Partido Social Democrata (PSD)

Carlos José das Neves Martins
Manuel Joaquim Barata Frexes

Partido Comunista Português (PCP)

Joaquim Manuel da Fonseca Matias
Vicente José Rosado Merendas

Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS).

Cláudio Ramos Monteiro
Jorge Lacão Costa
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos Lourenço Tavares Pereira

José de Matos Leitão
José Manuel de Medeiros Ferreira
José Manuel Santos de Magalhães
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Manuel Francisco dos Santos Valente

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Jorge Viegas Vitorino
Donungos Duarte Lima
Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
João Bosco Soares Mota Amaral
José de Almeida Cesário
Pedro Manuel Cruz Roseta

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

PREÇO DESTE NÚMERO 380\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa